

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

ADRIANO PIRES DE ALMEIDA

**A MUDANÇA DO PARADIGMA DA POLITICA EXTERNA DOS ESTADOS
UNIDOS PARA A CHINA NO PERÍODO DE 1949 A 1953**

Rio de Janeiro

2006

ADRIANO PIRES DE ALMEIDA

A MUDANÇA DO PARADIGMA DA POLITICA EXTERNA DOS ESTADOS
UNIDOS PARA A CHINA NO PERÍODO DE 1949 A 1953

Monografia apresentada à Universidade
Candido Mendes. Como requisito parcial
para a conclusão de curso de graduação
em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. Paulo Velasco Jr.

Rio de Janeiro

2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A477 Almeida, Adriano Pires de.
A mudança do paradigma da política externa dos Estados Unidos para a China
no período de 1949 a 1953 / Adriano Pires de Almeida. - Rio de Janeiro, 2006.
69 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) –
Universidade Candido Mendes, 2006.

1. China. 2. Coréia. 3. EUA. 4. Guerra. 5. Política. I. Título.

CDU
327 (73:510) "1949/1953"

Aos meus queridos pais,
com todo o carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Paulo Velasco Jr. pela paciência e por ter me orientado na realização desta monografia. Sou grato por sua generosa dedicação e presteza.

Ao amigo Pedro Luiz de Azevedo Filho pela valiosa contribuição na coleta do material bibliográfico.

“O interesse dos Estados é definido em termos de poder”.

(MORGENTHAU, 1993).

RESUMO

O período de 1949 a 1953, pode ser considerado um dos mais efervescentes do século XX. A Revolução Comunista da China, que significou para o povo americano uma grande decepção, e a Guerra da Coreia, que intensificou o início da Guerra Fria, marcaram profundamente a disputa pelo poder no Extremo Oriente.

Os Estados Unidos se relacionaram com a China por mais de um século e meio. Entretanto, após 1949, esse período mostrou-se insuficiente para garantir que os ideais americanos fossem preservados.

No processo de consolidação do comunismo chinês, a Guerra da Coreia desempenhou um papel fundamental, pois foi durante esse conflito que as tropas vermelhas da China enfrentaram os americanos.

Portanto, os eventos que se desenvolveram a partir de 1949 forçaram os *policy makers* americanos a mudarem o paradigma de sua política externa. Com a perda da China a balança de poder na Ásia foi alterada drasticamente.

Palavras chaves: China, Coreia, EUA, guerra e política.

ABSTRACT

The period from 1949 to 1953 can be considered one of the most effervescent in twentieth century. The Chinese Communist revolution, which meant a huge disappointment to American people, and the Korean War, which incite the Cold War have deeply marked the dispute over power in Far East.

The United States and China have had a relationship for over 150 years. This period, however, starting in 1949 has not shown itself enough to guarantee the preservation of the American ideals.

The Korean War had a crucial role during the process of consolidation of Communism in China, seeing that the red Chinese troops faced the Americans during this period.

Therefore, the events developed from 1949 have forced the American policy makers to change the paradigm of its foreign policy. With the loss of China the balance of power in Asia has been drastically changed.

Key words: China, Korea, USA, war and policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. CHINA: A GRANDE ILUSÃO AMERICANA	10
1.1 O MITO DO PERTENCIMENTO.....	11
1.2 A REVOLUÇÃO CHINESA.....	22
1.3 A REALIDADE DA “PERDA DA CHINA”.....	30
2. GUERRA DA CORÉIA: UMA QUESTÃO DE EQUILIBRIO DE PODER	36
2.1. A GUERRA DA CORÉIA E SUAS CAUSAS	38
2.2. EUA <i>versus</i> CHINA: UM CONFRONTO ANUNCIADO.....	42
2.3. CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA DA CORÉIA.....	46
3. O BRILHO DE UMA ESTRELA VERMELHA: A CONSOLIDAÇÃO DO COMUNISMO NA CHINA	50
3.1 CHINA: UMA ÁREA ESTRATÉGICA EM DISPUTA.....	52
3.2 URSS: A OPÇÃO CHINESA.....	56
3.3 O FIM DO SONHO AMERICANO.....	64
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

A Política Externa dos Estados Unidos para a Ásia foi determinada, no pós 1949, em larga medida, pela experiência da revolução chinesa (1949), e também pela consolidação do regime comunista, ao fim da Guerra da Coréia (1953).

A relevância do tema pesquisado para os estudos de relações internacionais encontra-se no fato da revolução chinesa ter ocorrido já no período da Guerra Fria, momento este em que a perda de uma área de influência, tão importante e estratégica quanto a chinesa, poderia vir a significar a vitória de um bloco sobre o outro. Ademais, do imediato pós-revolução seguiu-se a Guerra da Coréia, que teve um papel fundamental para a consolidação do comunismo na China.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo abordará questões como a formação do mito do pertencimento da China e a revolução comunista. O segundo, versará acerca do desequilíbrio que a Guerra da Coréia provocou na balança de poder asiática. E o último capítulo, tratará da desconstrução do mito do pertencimento chinês e da consolidação do comunismo chinês após a Guerra da Coréia.

O referencial teórico utilizado será o do paradigma realista de Hans J. Morgenthau, principalmente pelo teórico ter escrito suas principais obras no contexto do tema em questão. A obra de maior influência do autor no debate sobre as Relações Internacionais na academia americana foi o livro *Politics Among Nations* (1947).

Desse modo, a visão teórica do “realismo” dominou praticamente todas as discussões sobre a política internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, a opção pelo paradigma realista deu-se pelo fato de ter a revolução chinesa ocorrido no período inicial da Guerra Fria, momento de intensa luta pelo poder. Por essa razão, as teorias realistas do autor se encaixam perfeitamente nas explicações dos fatos que a sucederam.

Pode-se dizer, portanto, que os fatos ocorridos na China a partir de 1949 tiveram um grande impacto tanto nos países do bloco socialista quanto nos do bloco capitalista. No primeiro caso, porque a aliança com o bloco soviético representou, sem dúvida alguma, uma importante mudança na balança de poder. No segundo, porque tal aliança significou, para os Estados Unidos, a perda de uma importante área de influência. Desse modo, o sentimento de frustração e perda gerado pela revolução chinesa foi intensificado, nos

Estados Unidos, durante todo o período da Guerra Fria. Pela complexidade de sua natureza, a revolução chinesa pode ser analisada das mais variadas perspectivas. Por essa razão, a presente pesquisa procurará mensurar qual foi o peso real dessa mudança, no contexto da época, na formulação da política externa dos Estados Unidos.

1. CHINA: A GRANDE ILUSÃO AMERICANA

É muito provável que um grupo social, de posse dos instrumentos do poder coletivo, fará todo o possível para conservá-los. Théophraste já tinha notado que o mais forte desejo dos homens que se encontram no topo de um Estado popular, consiste muito menos em adquirir riquezas do que em fundar pouco a pouco, às custas da soberania popular, sua própria soberania. (MICHELIS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982: 231).

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar quais foram os principais motivos que levaram os Estados Unidos a pensar possuírem a China. O capítulo está estruturado em três tópicos, cada um deles abordará quais foram os principais pontos de contato entre os Estados Unidos e a China. O primeiro tópico trata da formação do mito do pertencimento da China, o segundo sobre a revolução comunista e seus desdobramentos e o terceiro faz um levantamento dos principais fatores que levaram ao fracasso da política externa americana no Extremo Oriente.

Sob o comando de Mao Zedong ¹, o Partido Comunista Chinês (PCC) conseguiu criar um governo forte no norte da China durante o processo de vitória na guerra civil. Mao discutiu com seus assessores acerca das principais questões políticas da China e procurou adaptar as diretrizes centrais de seu partido às condições locais, isto é, a situação da população chinesa, o que lhe rendeu um extraordinário apoio popular.

Em contrapartida, o regime nacionalista do Guomindang encabeçado pelo generalíssimo Jiang Jieshi fracassava. O colapso do regime nacionalista se deu principalmente pela sua corrupção, porém outros fatores importantes - como a responsabilidade do regime na hiperinflação, o uso de táticas políticas e militares inferiores às do PCC, e a crescente perda de apoio popular - também contribuíram para isto.

Ironicamente, a trajetória americana na China comparada com a soviética é completamente diversa. Segundo Kubek, a China foi uma espécie de “chave-mestra para

¹ A transcrição de nomes neste trabalho, obedece à ortografia oficial Pin-yin. Deste modo: Jiang Jieshi; Mao Zedong; Guomindang; e Beijing, correspondem respectivamente à: Chiang Kai-shek; Mao Tsé-tung; Kuomintang; e Peking.

dominação soviética da Ásia”² e a adoção americana da “idéia de se criar um ‘governo de coalizão’ entre os Estados Unidos e a URSS resultou na vitória do comunismo no Extremo Oriente”³. Curiosamente essa política de coalizão foi defendida pelo *Far Eastern Division*, do Departamento de Estado, como sendo a única forma de deter o avanço comunista naquela região.

De acordo com Fairbank, “após um século de missões missionárias e da traumática perda da China para o comunismo no final dos anos 1940, o apoio americano à República Nacionalista da China, em Taiwan, contra a RPC, se tornou o principal tema da política externa americana durante a Guerra Fria”⁴.

Os investimentos americanos na China ajudaram na dragagem de portos, na construção de estradas de ferro, difusão de bens de consumo, além disso, os professores, missionários e médicos americanos tinham promovido grandes benefícios à China com a fundação de escolas e hospitais. Entretanto, a benevolência americana não conseguiu produzir sentimentos de gratidão na nação cujo povo se sentia permanentemente humilhado pelos brancos.

1.1. O MITO DO PERTENCIMENTO

A atual associação dos Estados Unidos com a Inglaterra, a Rússia e a China, não é uma coisa nova. Vimos como, por mais de um século, sempre que estavam em jogo os nossos interesses vitais, as relações exteriores da América foram primariamente as nossas relações com a Inglaterra, a Rússia e a China. As nossas relações com todos os outros Estados decorrem das nossas relações com esses três e são por elas reguladas. No exercício da política externa americana, a nossa situação tem sido solvente, a nossa força adequada aos nossos encargos, na medida em que estejamos de acordo essencialmente com esses três Estados.

(LIPPMANN, Walter. **A política exterior dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944: 150).

² KUBEK, Anthony. **How the Far East was lost**: american policy and the creation of communist China, 1941-1949. Chicago: Henry Regnery Company, 1963: 389.

³ *Idem*; 1963: 389.

⁴ FAIRBANK, John K. **China**: a new history. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 340.

De acordo com Lippmann, a China sempre representou uma área de interesse para os Estados Unidos, por essa razão os *policy makers* eram fortemente influenciados pelas relações sino-americanas o que tinha reflexos diretos na elaboração de sua política externa para os demais Estados. Por essa razão, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade de proteger e de promover o desenvolvimento chinês a partir do séc.XIX. Desse modo, é de suma importância a comprovação dos motivos que levaram o governo americano a crer que possuía um relacionamento especial com a China.

O principal objetivo deste tópico será apontar os principais motivos que levaram os Estados Unidos a nutrirem tais crenças. O mito do pertencimento converge para um levantamento histórico acerca dos principais acordos e tratado celebrados entre os Estados Unidos e os Estados Orientais.

A presente pesquisa terá como ponto de partida meados do séc.XIX. Apresentará de forma sucinta pouco mais de um século de relações sino-americanas. A primeira parte deste tópico discorrerá sobre os principais tratados e acordos feitos entre China e Estados Unidos na segunda metade do séc.XIX. A segunda parte tratará da política externa americana para a China a partir da administração Wilson. E a terceira e última parte, demonstrará quais foram os principais aspectos da política americana no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Landgon & Norris, a principal meta dos *policy makers* dos Estados Unidos era “garantir privilégios nas relações comerciais com o Extremo Oriente”⁵ em qualquer situação. Os principais objetivos da política externa americana para o Extremo Oriente foram os seguintes: comércio; proteção dos comerciantes e missionários na China; reconhecimento de igualdade entre o governo chinês e o americano; tolerância religiosa para os cidadãos americanos e missionários na China; preservação da integridade territorial e administrativa da China; defesa do *open door policy*; e a preservação da balança de poder na região⁶.

⁵ LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 102.

⁶ *Idem*; 1954: 101.

a) As relações sino-americanas na segunda metade do séc. XIX:

Segundo Landgon & Norris, tratados de exclusividade comercial foram assinados com a China em 1833. Porém, as principais características e objetivos da política externa americana para o Extremo Oriente, podem ser observados nos tratados celebrados com a China a partir dos anos 1840. Antes da celebração do Tratado Britânico de Nanjing⁷, os Estados Unidos conseguiram do governador de Cantão, uma promessa de tratamento de Nação Mais Favorecida (*Most Favored Nation* - MFN)⁸ em suas relações comerciais. Essa promessa foi oficialmente confirmada em 1844, pelo plenipotenciário americano Caleb Cushing, pela assinatura do Tratado de Whanghia entre China e Estados Unidos.

No período de 1854 a 1868, com poucas exceções e com a finalidade de prolongar o *open door policy* no Extremo Oriente, os Estados Unidos privilegiaram uma política de cooperação com os outros Estados. Porém, o governo americano sempre se recusou a usar a força contra a China. De acordo com os autores, em 1856 o Comissário Peter Parker, sugeriu ao governo americano a adoção de uma política mais agressiva para a China. O Comissário defendeu que os Estados Unidos deveriam tomar posse da ilha de Taiwan, mas sua proposta foi rejeitada pelo Secretário Marcy por contrariar as instruções do presidente Franklin Pierce. A esse respeito o Secretário Marcy escreveu:

O Presidente fará sérias objeções em unir-se com a Inglaterra e com a França naquilo que você chama de política agressiva – isto provocaria a união da força naval dos três poderes com o objetivo de conseguirem a revisão dos tratados com a China, obtendo assim, grandes privilégios comerciais por intimidação ou possivelmente pelo uso da força.

(LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954:103).

⁷ O Tratado de Nanjing (1842) assegurou para a Grã-Bretanha vantagens exclusivas, como por exemplo: a abertura de quatro portos para o comércio; liberdade para nomeação de cônsules; abolição dos monopólios comerciais; publicação de uma tarifa uniforme; equivalência de posto entre oficiais; extraterritorialidade; e a cessão da ilha de Hong Kong. LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 102.

⁸ (...) trata-se de estender a todos os Estados (...) os benefícios que determinados países gozam ante outros países; os favores que se encontram nas cláusulas dos negócios internacionais entre os países A e B, de se outorgarem favores reciprocamente (de se tratarem como nações mais favorecidas entre eles), serão automaticamente estendidos a todos os Estados (...). SILVA SOARES, Guido Fernando. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri, SP: Manole, 2003: 179.

O Tratado sino-americano de Tianjin de 1868 deu ao Ministro dos Estados Unidos o direito de comparecer a Beijing, de ser recebido pelo Imperador, e o direito de manter relações com o Ministro do Exterior da China. Esse tratado defendia a negociação de uma tarifa administrativa mais eqüitativa, o direito de comercializar em onze portos, tolerância e proteção para os chineses convertidos, e observação da cláusula do MFN. Esses privilégios foram concedidos a Grã-Bretanha e França pelo uso da força.

Os Estados Unidos reconheceram gradualmente a igualdade da China pelo Tratado Burlingame de 1868. Esse tratado impedia qualquer intenção de intervenção americana na China, pois garantia o respeito pela integridade territorial chinesa, e concedia aos chineses o direito de emigrar para os Estados Unidos. Contudo, doze anos depois, uma série de tratados que restringiu drasticamente a entrada de chineses nos Estados Unidos foram negociados. A ratificação desses tratados pela China em 1881, deu aos Estados Unidos o direito de regular, limitar e até mesmo suspender a entrada ou residência de trabalhadores chineses, mas isso tudo sem proibir a imigração. Em compensação, os Estados Unidos garantiram o tratamento do MFN para China, excetuando apenas o privilégio de naturalização.

De acordo com Landgon & Norris, o Congresso americano decidiu em 1882 suspender por dez anos a imigração chinesa de trabalhadores especializados ou não. Ao término deste período o Congresso americano decidiu estender o prazo por mais dez anos. Em 1902 o Congresso americano aprovou um Ato de Exclusão que, com exceção de diplomatas, estudantes e turistas, impedia a imigração chinesa.

Após a guerra com a Espanha, os Estados Unidos ocuparam as possessões espanholas no Pacífico e consolidaram sua posição como potência no Extremo Oriente. Para os autores, os Estados Unidos possuíam bons motivos para se firmarem na região, como por exemplo, a manutenção do *status quo*. Com a ocupação das Filipinas e de Guam, o governo americano pretendia evitar que elas caíssem na órbita de influência do Japão ou da Alemanha, o que provocaria uma grave alteração na balança de poder no Extremo Oriente. Além disso, essas novas aquisições aumentariam significativamente o comércio exterior americano. Guam foi adquirida pela derrota espanhola e as Filipinas

foram compradas da Espanha por \$20.000.000⁹. A compra das Filipinas só foi possível devido ao fato dela ter sido ocupada após a assinatura de um protocolo que suspendia as hostilidades na região em disputa¹⁰. Na ocasião da ratificação do tratado de paz com a Espanha, o Senado americano declarou que os Estados Unidos não pretendiam anexar as Filipinas definitivamente, mas que as ilhas seriam usadas na promoção dos interesses americanos.

Desde 1899 que os *policy makers* americanos tem feito da aderência de outros Estados ao *open door policy*, seu principal objetivo. A oposição americana ao desmembramento da China foi marcada profundamente pelo temor de que o seu comércio ficasse sujeito a esferas de influência européia e japonesa, principalmente após a guerra com a China. Por esse motivo, os Estados Unidos se recusaram a entrar na corrida por novas oportunidades na China e se opuseram acerca da proposta britânica de instaurar dois governos na China.

Segundo Landgon & Norris, a adição de um corolário ao *open door policy* em 1900 pelo Secretário de Estado John Hay, enfatizou que todos os tratados com a China deveriam observar os seguintes princípios:

A preservação da integridade territorial e administrativa da China; a solução de problemas internos, como a Rebelião Boxer, deveria ter como principal objetivo a preservação da segurança e a manutenção da paz; os tratados deveriam observar o Direito Internacional, a fim de proteger todos os direitos adquiridos pelas Potências; e por fim, os tratados deveriam salvaguardar para o mundo o princípio da igualdade e da imparcialidade comercial com todas as partes do Império chinês.

(LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954:108).

⁹ LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 107.

¹⁰ O protocolo foi assinado em Washington no dia 12 de agosto de 1898, no dia seguinte Manila foi ocupada. *Idem*; 1954: 107.

É importante lembrar que durante a Revolta dos Boxers (1898-1901)¹¹, os Estados Unidos cooperaram com o Japão, Grã-Bretanha, França e Alemanha em uma operação militar que visou à retirada das missões diplomáticas sitiadas em Beijing.

De acordo com os autores, em 1904 os Estados Unidos notificaram a Alemanha e a França de que a formação de uma coalizão com a Rússia acerca da guerra com o Japão provocaria um desequilíbrio de poder que inevitavelmente levaria os Estados Unidos para o lado japonês. O governo americano advertiu o Japão e a Rússia de que o respeito ao corolário do *open door policy*, e a integridade territorial e administrativa chinesa, deveriam ser observados. No ano seguinte, os Estados Unidos mediarão as negociações de paz entre o Japão e a Rússia, e celebraram o Acordo Taft-Katsura¹² com o Japão.

A política externa do governo Roosevelt para o Extremo Oriente tinha como principal objetivo a proteção das possessões americanas no Pacífico e a manutenção do *status quo* da região. No governo seguinte, o presidente William Howard Taft abandonou o corolário Hay e retornou a uma interpretação mais restrita do *open door policy*. A administração Taft “encorajou banqueiros americanos a participarem do consórcio realizado pela França, Grã-Bretanha e Alemanha, no qual Japão e Rússia foram admitidos em 1912, para emprestarem dinheiro para China”¹³. Mas os reflexos desse incentivo no *open door policy* foram praticamente inexistentes.

b) A política externa americana de Wilson a Hoover:

Para Landgon & Norris, a defesa da China contra o Japão foi a principal orientação dos *policy makers* na administração do presidente Woodrow Wilson. Entretanto, em muitos casos, o governo americano fez concessões amigáveis ao governo japonês. Segundo os autores, em 1914 os Estados Unidos fracassaram ao propor para as demais

¹¹ A Revolta dos Boxers foi o primeiro movimento de insurreição camponesa contra as Potências imperialistas. Seu nome estava ligado a uma organização clandestina cujos membros eram praticantes do boxe sagrado. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 36.

¹² O Acordo Taft-Katsura dava suserania ao Japão sobre a Coreia em troca da desistência de qualquer ação agressiva sobre as Filipinas. LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3ª ed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 109.

¹³ *Idem*; 1954: 109.

potências, a paralisação dos acordos internacionais com a China durante o período de guerra. Os Estados Unidos e o Japão assinaram três anos mais tarde o Acordo Lansing-Ishii acerca da aderência do Japão ao *open door policy* e da promessa japonesa de respeitar a independência e a integridade territorial chinesa.

Para os autores, o presidente Wilson foi o principal responsável pela promessa japonesa na Conferência de Paris de devolver Shantung para a China. O presidente Wilson concordou com um mandato japonês sobre as ilhas do Pacífico situadas entre as Filipinas e os Estados Unidos.

Na Conferência de Washington de 1922 ¹⁴ a política do *open door policy* foi transformada em tratados e criou uma política de responsabilidade conjunta para as potências signatárias, o que significou a revogação das políticas de não-agressão de Theodore Roosevelt. Vários tratados foram assinados ¹⁵ em Washington. Dentre os principais acordos suplementares que foram celebrados em Washington, podemos destacar os seguintes: um acordo que garantia os direitos americanos na ilha de Yap; um outro acordo que formalizava a entrega de Shantung para a China, observando as condições pré-estabelecidas pelo Japão na Conferência de Paris; a China recebeu permissão para revisar sua tarifa a fim de aumentar sua receita, mas sem promover discriminação, ou seja, observando a cláusula do MFN; a criação de uma comissão que deveria preparar planos para abolição gradual da extraterritorialidade na China; e a revogação do Acordo Lansing-Ishii.

Segundo Landgon & Norris, de 1929 a 1933 os Estados Unidos invocaram o Pacto Briand-Kellogg para preservar a integridade territorial chinesa na Manchúria. Em 1929 os Estados Unidos chamaram a atenção da Rússia, sem obterem sucesso, para o pacto com o objetivo de parar as hostilidades no norte da Manchúria. Quando o Japão ocupou Mukden e o resto da Manchúria em 1931, o Secretário de Estado Stimson lembrou o governo japonês de suas obrigações para com o Pacto Briand-Kellogg e também para a violação do

¹⁴ A Conferência de Washington teve como origem os seguintes pontos: primeiro, a ambição americana de ver a aliança anglo-japonesa desfeita porque ela dava ao mesmo tempo para a Grã-Bretanha um grande suporte político no Extremo Oriente, e apoio para o Japão em suas disputas; e segundo ponto a vontade anglo-americana de desarmar as áreas em disputa. LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 110.

¹⁵ Os tratados assinados foram: Tratado “Four-Power” (EUA, Grã-Bretanha, França e Japão); Tratado “Five-Power” (“Four-Pwer” + Itália); e o Tratado “Nine-Power” (“Five-Power” + Bélgica, China, Portugal e

Tratado “Nine-Power”¹⁶. Os Estados Unidos cooperaram com a Liga das Nações e em 05 de outubro de 1931 anunciaram que a aplicação do Pacto Briand-Kellogg poderia, além de não alcançar o efeito esperado, provocar uma situação de embaraço para Liga no que se refere a sua aplicação e na retirada das tropas japonesas do território chinês.

Por essa razão, de 1932 em diante, os *policy makers* passaram a adotar a Doutrina Stimson de não reconhecer as mudanças feitas por intervenção militar em violação de tratados, o que abriu para o governo americano a possibilidade de agir de forma independente. Essa possibilidade foi ocasionada pela dominação japonesa da Manchúria e principalmente pela criação e controle do Estado de Manchukuo, cuja independência foi imediatamente reconhecida pelo Japão em 1933. O Japão e a China foram notificados pelo Secretário Stimson em 07 de janeiro de 1932, na qual o Secretário invocou sua Doutrina e afirmou que “os Estados Unidos poderiam não admitir qualquer situação *de facto* que prejudicasse os direitos dos tratados americanos, incluindo aqueles que versavam sobre a integridade territorial e administrativa da China e o *open door policy*”¹⁷. Nessa notificação o Secretário advertia também que “os Estados Unidos poderiam não reconhecer qualquer tratado que violasse esses direitos ou qualquer situação, tratado ou acordo produzido com sentido que violasse o Pacto Briand-Kellogg”¹⁸.

Quando o governo americano propôs que as disputas entre o Japão e a China fossem resolvidas de acordo com o Pacto Briand-Kellogg e com o relatório da Comissão Lytton, cuja recomendação era a de cooperação internacional, em função do sangrento conflito de Xangai, o governo japonês refutou a aprovação da proposta americana. Em 1933, os Estados Unidos chegaram a sugerir, para a Liga das Nações, a imposição de sanções sobre o Japão, o que daria ao governo americano a possibilidade de agir em harmonia com as recomendações da Liga. A sugestão americana foi rejeitada na Liga pelo desinteresse britânico em arcar com a responsabilidade naval de uma ação como aquela.

Holanda). LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 111.

¹⁶ Os principais pontos negociados no Tratado “Nine-Power” foram: garantia de integridade administrativa e territorial na China; o princípio da igualdade de oportunidades para o comércio de todas as nações por todo o território chinês; os signatários poderiam abster-se de obterem condições vantajosas dentro da China com o objetivo de aproveitarem direitos ou privilégios especiais; e que os signatários poderiam consultar uns aos outros em qualquer situação envolvendo o tratado. *Idem*; 1954: 112.

¹⁷ *Ibidem*; 1954: 113.

¹⁸ *Ibidem*; 1954: 113.

c) A China na administração Roosevelt:

De acordo com Landgon & Norris, a política Stimson perdurou até 1937, deste momento em diante o conflito sino-japonês tomou dimensões consideráveis. Diante da nova situação, o governo americano aprovou o relatório Lytton e se colocou à disposição da Liga das Nações, com a finalidade de garantir a realização de um acordo entre as partes. Em 1934, o Secretário de Estado Hull reafirmou a continuidade da Doutrina Stimson. Um ano depois, o governo americano protestou contra a concessão do monopólio do petróleo na Manchúria para o Japão, o que foi interpretado como violação do *open door policy*. Ainda em 1935, o Secretário Hull protestou contra as intrigas japonesas que fomentavam a separação das províncias do Norte da China.

Com a invasão da China Central pelas tropas japonesas, o governo americano - principal fornecedor de armamento de guerra para os chineses - assumiu uma posição em favor da China. A Liga das Nações e os Estados Unidos reprovaram o ato japonês de bombardear a população civil chinesa. No discurso feito na cidade de Chicago em 05 de outubro de 1937 o presidente Roosevelt denunciou indiretamente o Japão ao afirmar que “as demais Potências estavam usando a guerra com propósitos egoístas e que por esse motivo havia a necessidade de uma quarentena nas relações dessas Potências com o Japão”¹⁹. Nessa mesma época o navio de guerra americano *Panay* foi bombardeado pelo Japão e afundou no rio Yang-Tsé. O governo americano recebeu das demais Potências, a garantia de que seriam tomadas medidas específicas para evitar a repetição do incidente. A China recebeu do governo americano um crédito de \$25.000.000,00²⁰ para facilitar a importação de produtos americanos, a grande maioria armamento de guerra, e a exportação de *tung oil* para os Estados Unidos.

Segundo os autores, a reivindicação japonesa de que os tratados anteriores não se aplicavam à nova ordem, foi refutada pelo Secretário Hull em 1938. O Secretário declarou que se os tratados reclamados fossem inadequados à nova situação, o governo japonês poderia negociar novos tratados. Dessa forma, os interesses americanos foram preservados em todos os tratados existentes. Após a Alemanha ter vencido a França e a Holanda em

¹⁹ LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 114.

²⁰ *Idem*; 1954: 114.

1940, o Secretário Hull solicitou e recebeu do Japão uma declaração de que seu governo manteria o *status quo* no Extremo Oriente, especialmente em relação às possessões coloniais francesas e holandesas.

Contudo, em 1940 e novamente em 1941, os Estados Unidos declararam, em protesto, que o Japão tinha por suas ações na Indochina, perturbado o *status quo* na região. O protesto americano foi marcado pela imposição de uma série de embargos econômicos ao Japão, o principal deles foi a suspensão de todas as licenças de exportação de petróleo em 1941. O governo americano declarou que a ocupação japonesa das bases da Indochina como medida retaliatória à imposição de embargos pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e pelos Países Baixos, foram baseadas em falsas suposições acerca de intenções agressivas por parte dos países ocidentais.

Apesar da agressão japonesa, os *policy makers* mantiveram a orientação da política externa americana e esforçaram-se em conseguir um acordo equitativo com o Japão. O governo americano propôs ao Japão um acordo baseado no respeito da integridade territorial, na soberania dos Estados, na cooperação internacional, e na conciliação para as controvérsias existentes. Mas “o preço da paz com o Japão era os Estados Unidos concordarem com a conquista da China”²¹.

Nesse sentido, Walter Lippmann observou que:

O que precipitou a guerra nipo-americana em 1941 foi a recusa dos Estados Unidos em dar liberdade de ação ao Japão para a conquista da China. A proposta japonesa de 20 de novembro de 1941 para um ajustamento geral no Pacífico foi rejeitada pelo governo dos Estados Unidos, em 26 de novembro, porque o Japão pedia a suspensão do auxílio americano à China como o preço para deter o seu avanço armado pelo sudeste da Ásia e para afastar-se eventualmente da Indochina Francesa, ao sul. O ponto inconciliável era a China e não as Índias Holandesas ou a Malásia.
(LIPPMANN, Walter. **A política exterior dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944: 146; 147).

De acordo com Landgon & Norris, uma hora depois do ataque japonês ao Hawaii e às Filipinas, os representantes japoneses em Washington entregaram um longo

²¹ LIPPMANN, Walter. **A política exterior dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944: 147.

memorando defendendo que qualquer tratado anterior não poderia ser aplicado à nova situação e acusando os americanos, britânicos e holandeses de agirem com propósito agressivo na região em disputa. No dia seguinte aos ataques, os Estados Unidos declararam guerra contra o Japão. Em outubro de 1942, o governo americano declarou disposição em abandonar a extraterritorialidade na China o que foi oficializado no ano seguinte.

O encontro de Roosevelt, Churchill e Jiang Jieshi na Conferência do Cairo, em novembro de 1943 teve como resultado uma Declaração que “prometia devolver para a China todos os territórios perdidos para o Japão”²². Em 17 de dezembro de 1943, os Atos de Exclusão de 1902 e o de Imigração de 1924 foram revogados.

Segundo Landgon & Norris, os Estados Unidos auxiliaram a China de várias maneiras em 1944. O governo americano forneceu material e assistência técnica para a construção da *Ledo-Burma road*, ajudou na construção do oleoduto Calcutá-Kunming, deu \$ 210.000.000,00²³ para frear a inflação provocada pela desvalorização da moeda chinesa, e incitou o generalíssimo Jiang Jieshi a negociar um acordo com o PCC.

Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Churchill, Roosevelt e Stalin estabeleceram as condições para que a Rússia entrasse na guerra contra o Japão e para suas relações com a China. Foi decidido em Yalta que as ferrovias no leste da China e no sul da Manchúria seriam operadas em conjunto pela China e pela Rússia; e que a China ficaria com total soberania sobre a região da Manchúria. Os Estados Unidos explodiram as bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki respectivamente nos dias 06 e 09 de agosto de 1945, no dia seguinte o Japão se rendeu e aceitou um tratado de paz nos termos da Declaração de Postdam²⁴. Em 04 de Julho de 1946 os Estados Unidos proclamaram e reconheceram a independência da República das Filipinas.

Durante a Segunda Guerra Mundial o Governo Nacionalista da China teve uma ajuda militar e econômica substancial dos Estados Unidos na guerra contra o Japão. Com isso os Estados Unidos esperavam unificar e democratizar a China. Imediatamente após a

²² FAIRBANK, John K. **The United States and China**. 4thed. enl._ Cambridge, Mass: Harvard University Press, c1983: 340.

²³ LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 116.

²⁴ A Declaração de Postdam de 26 de julho de 1945, pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, estabeleceu suas políticas para o Japão durante e após a guerra. *Idem*; 1954: 117.

capitulação do Japão, os Estados Unidos auxiliaram o Governo Nacionalista Chinês no desarmamento das forças japonesas remanescentes na China e na restauração da ordem. A opinião pública e o Congresso americano apresentavam-se generalizadamente divididos e confusos em relação à China. Apesar do histórico de boas relações entre a China e os Estados Unidos a política administrativa americana se mostrou ineficiente em solucionar o conflito civil chinês.

1.2. A REVOLUÇÃO CHINESA

Após o massacre de Xangai, os comunistas mudaram para uma estratégia mais apropriada, baseada na ação coletiva no interior. O sucesso ou fracasso de tais revoluções baseadas no campesinato depende crucialmente das misturas de força e indução desdobradas pelo partido revolucionário e pelo governo. Num dado momento, o camponês se defronta com um arranjo de sanções positivas e negativas de ambos os lados, juntamente com pressão normativa – que poderia apontar em qualquer direção – de seus pares. Adicionalmente, ele deve calcular qual é a probabilidade de os revolucionários serem bem-sucedidos e, se chegarem ao poder, cumprir sua promessa de justiça social. Sabendo de tudo isso os revolucionários racionais começarão em regiões periféricas onde as forças do governo são fracas e os camponeses tão pobres que as induções possam ser efetivas.

(ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 195; 196).

Na visão de Elster, foi a mudança na direção da ação comunista, que deixou de se concentrar nos principais centros urbanos e se espalhou pelo interior da China, que possibilitou a vitória do comunismo na China. As diversas revoltas contra o invasor estrangeiro – Japão – também se voltaram contra o governo nacionalista na medida em que seus oficiais militares tratavam a população rural de forma igual ou até mesmo pior que os japoneses.

Desse modo, essa população começou a se organizar a favor dos comunistas na luta pela libertação do país. Esse movimento foi determinado pela completa ausência de reação

do Guomindang e pelo reconhecimento da importância do movimento de resistência demonstrado pelos exércitos comunistas.

As bases comunistas se expandiram de tal forma que o movimento nacional acabou se confundindo com a sobrevivência não só do Estado, mas também da nação. A partir de 1945, os comunistas aumentaram consideravelmente sua influência em todo o território chinês. O poder comunista estava concentrado na cidade de Yenan²⁵ e foi a partir dela que o PCC conseguiu libertar quinze áreas do controle japonês²⁶. Portanto, o presente tópico busca apresentar de forma objetiva os principais acontecimentos que favoreceram a ascensão do PCC ao poder.

Segundo Reis Filho, a capitulação do Japão trouxe à tona um grande problema para os americanos: Quem iria receber a rendição japonesa? Os Estados Unidos possuíam duas opções: ou seria entregue ao governo nacionalista do Guomindang instalado na cidade de Chongqing ou para “as ‘áreas libertadas’ sob o comando de Yenan”²⁷. Desta forma, a rendição japonesa representou um importante instrumento político-militar dado o tamanho do exército japonês (algo em torno de 1.200.000 homens com importantes estoques de material bélico) e a sua localização (estavam distribuídos pelos principais centros industriais e estratégicos da China)²⁸.

De acordo com Sombra Saraiva, a mistura do “o desdobramento da guerra civil dos anos vinte, com a ocupação japonesa durante a Segunda Guerra, tornou a China uma ‘panela de pressão’ perigosa para o equilíbrio do condomínio de poder mundial”²⁹. Com o fim da Segunda Guerra Mundial a união do PCC com o Guomindang contra o Japão se desfez e o conflito contra o inimigo externo foi substituído pela disputa entre eles pelo controle do Grande Dragão.

²⁵ Yenan foi a capital política das bases e das áreas libertadas do domínio japonês pelo PCC. A capital comunista concentrava as principais instituições políticas da revolução, tais como: o Estado-Maior do Exército Comunista; a Comissão Militar; o Comitê Central do PCC; a Universidade da Resistência antijaponesa; e as direções das Organizações Populares. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 79.

²⁶ Áreas libertadas pelo do controle japonês pelo PCC: Shanxi-Hebei-Liaoning; Hebei-Henan; Shaanxi-Gansu-Ningxia; Shanxi-Suiyuan; Shandong; Norte-Jiangsu; Centro-Jiangsu; Sul-Jiangsu; Leste-Zhejiang; Norte-Huai; Sul-Huai; Centro-Anhui; Hubei-Anhui; Guangzhou; e Hainan. FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 398.

²⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 85.

²⁸ *Idem*; 1982: 85.

²⁹ SOMBRA SARAIVA, José F. **Relações Internacionais: dois séculos de história**. Vol. II Brasília: IBRI, 2001: 34-35.

As propostas do PCC de receber a capitulação das tropas japonesas situadas no norte e nordeste chinês e de assumir o controle da região foram rejeitadas pelos Estados Unidos. O governo americano concedeu a prerrogativa de receber a capitulação japonesa em todo o território chinês ao governo nacionalista em Chongqing. Por esta razão em menos de um ano explodiu o primeiro conflito civil entre comunistas e nacionalistas.

Depois de 1945, os comunistas chineses precisavam se organizar para lutar contra o regime corrupto do Guomindang e a movimentação dos comunistas no tabuleiro chinês era observada sem maior entusiasmo pela URSS. Para Hobsbawm “a segunda onda de revolução social mundial surgiu da Segunda Guerra, como a primeira tinha surgido da Primeira – embora de uma maneira absolutamente diferente. Desta vez era a própria guerra, e não a repulsa a ela, que levava a revolução ao poder”³⁰. Portanto, os regimes comunistas que se fixaram no Leste e Sudeste da Ásia podem ser considerados como sendo resultado da Segunda Guerra.

O início da Guerra Fria foi o agente catalisador para a vitória do PCC na China. Enquanto o generalíssimo Jiang Jieshi recebia apoio direto do governo americano, Mao Zedong recebia o apoio velado da URSS. Por esta razão, pode-se dizer que numa escala menor, isto é, no âmbito interno, o conflito ideológico era travado entre o Guomindang e o PCC. Nesse sentido, o apoio soviético só foi declarado a partir de 1948.

Apesar da intensificação dos conflitos entre nacionalistas e comunistas “as grandes potências que emergiam vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS, pressionavam por um governo de ‘unidade nacional’ e se ofereciam como ‘mediadores’ entre o Guomindang e os comunistas”³¹. Contudo, as contradições entre os dois partidos se acentuaram ainda mais com a aproximação do generalíssimo Jiang Jieshi de Mao Zedong.

Na visão do Guomindang, antes de se iniciarem os processos de democratização, os comunistas deveriam depor suas armas. O PCC, por sua vez, defendeu que as reformas democráticas deveriam preceder o seu desarmamento. Apesar disso, Mao estava disposto a desarmar suas tropas caso recebesse garantias internacionais de que um regime político democrático, que respeitasse a primazia de mecanismos políticos de pressão e de defesa,

³⁰ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001: 86.

³¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 86.

fosse adotado na China. De outro modo, o partido perderia seu poder de pressão sobre o Guomindang e na hipótese de que o generalíssimo Jiang Jieshi viesse a mudar de idéia – como aconteceu em 1927, o que teve como resultado o massacre de Xangai – o PCC ficaria sem ação.

Em contrapartida, o Guomindang rejeitou a proposta comunista sob pretexto de que a ação do PCC seria fortalecida a adoção do regime democrático e que não havia garantia de que Mao iria cumprir a promessa de desarmar suas tropas. A desconfiança entre eles era tão grande que o problema parecia não ter solução. Até que em 10 de outubro de 1945 conseguiu-se acordar que os comunistas reduziriam seu efetivo militar e abandonariam as bases situadas ao sul do rio Yangzi. Em troca, o Guomindang prometia realizar uma conferência política de caráter consultivo entre os dois partidos e se comprometia a respeitar as liberdades democráticas.

De acordo com Reis Filho, “em dezembro de 1945, os EUA ainda pressionaram a favor de um governo de coalizão no qual já ninguém confiava. Os norte-americanos participaram de uma Comissão Tripartite para supervisionar os acordos de janeiro de 1946, mas suas simpatias estavam claramente do lado do Guomindang”³².

Em função da atuação do governo americano em favor de promover a negociação de um governo de coalizão subordinado ao Guomindang, foi assinado em janeiro de 1946, um *cease-fire* entre os dois regimes. O Guomindang cumpriu a promessa de 10 de outubro e se reuniu com o PCC na Conferência Política Consultiva na qual se aprovou a fusão das tropas comunistas com as nacionalistas.

O generalíssimo Jiang Jieshi decidiu não adotar as decisões da Conferência e além de proibir e reprimir as manifestações democráticas manteve os prisioneiros políticos presos, iniciou um forte cerco aos pequenos partidos - democráticos e liberais - e aprofundou ainda mais a pressão sobre o PCC, iniciando assim um retorno ao conflito.

Em março de 1946, termina “o prazo de permanência das tropas soviéticas na Manchúria”³³, o que provocou a eclosão de uma nova crise entre os dois partidos. A crise da Manchúria teve como principal resultado o aprofundamento da guerra civil. Novamente os Estados Unidos atuaram no sentido de favorecer a ocupação daquela área pelo

³² REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 93.

³³ *Idem*; 1982: 89.

Guomindang. De acordo com Pomar, a partir de maio de 1946 “os comunistas adotaram medidas para garantir o apoio dos camponeses contra uma possível ofensiva dos exércitos nacionalistas”³⁴.

O conflito foi acirrado em 04 de julho de 1946, a partir do decreto do governo nacionalista em favor de uma “mobilização nacional”³⁵ com o intuito de eliminar definitivamente o câncer comunista na China. As tropas do Guomindang atacaram as áreas libertadas e a capital comunista - que foi ocupada em março de 1947. O PCC revogou os compromissos do *cease-fire* e passou a denominar suas tropas de Exército Popular de Libertação (EPL). Em fevereiro de 1947, o PCC, declarou publicamente que o povo chinês deveria unir-se para derrubar o regime do Guomindang.

Segundo Pomar, a verdadeira intenção de Jiang Jieshi ao negociar com o PCC era ganhar tempo para uma nova incursão nas áreas ocupadas pelos comunistas:

Além disso, o Guomindang enfrentava séria crise econômica e financeira, com elevação da inflação, quebra de indústrias e empresas comerciais, e deterioração do padrão de vida da população. Jiang Jieshi procurou, então, manobrar no campo político. Por intermédio do embaixador norte-americano na China, Leighton Stuart, solicitou enviar uma delegação a Yenan para “negociações de paz”. Esperava ganhar tempo para reorganizar suas forças antes de lançar novas ofensivas. Em resposta, os comunistas impuseram duas condições: abolir a Assembléia Nacional, que violava as resoluções da Conferência Consultiva Política, e evacuar todos os territórios ocupados pelo Guomindang desde o acordo de paz de janeiro de 1946.

(POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003: 78).

A partir de julho de 1947, o EPL começou sua contra-ofensiva. As tropas sob o comando de Lin Biao atacaram a Manchúria ao mesmo tempo em que as forças de Liu Bosheng, Deng Xiaoping, Chen Yi e Su Yu forçaram as defesas do *Yellow River* ameaçando assim, as províncias centrais da China. Em função do enorme avanço do EPL e do recuo das tropas do Guomindang em abril de 1948, “o Congresso norte-americano não

³⁴ POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003: 77.

³⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 90.

foi sensível: votou o *China Aid Act*, concedendo 400 milhões de dólares ao governo de Chongqing, elevando para 03 bilhões de dólares o total de ajuda desde 1945”³⁶.

Na visão de Reis Filho, o ano de 1948 foi decisivo para as forças do EPL:

Em junho de 1948, os comunistas reúnem 3 milhões de soldados regulares e as “áreas libertadas” abrangem 168 milhões de habitantes. Numa primeira fase, os comunistas concentram-se em “aniquilar” as forças armadas inimigas, colocando num plano secundário a ocupação de territórios ou cidades. Mais tarde, a partir do segundo semestre de 1948, e gradualmente, começarão a atacar cidades médias e grandes, passando para a guerra de posições. Em fins de 1948 e começos de 1949, realizam-se três grandes e decisivas batalhas: a da Manchúria – setembro-novembro de 1948, e a do rio Huai, entre novembro de 1948 e janeiro de 1949 e a do norte da China, entre dezembro de 1948 e janeiro de 1949. As forças do Exército Popular de Libertação saem vitoriosas, ocupando as cidades da Manchúria e importantes centros urbanos e industriais no norte e centro da China. Em janeiro de 1949, cairão Kalgan, Tianjin e Beijing. (REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 94-95).

Portanto, à medida que o PCC se aproximava da vitória, ele ganhava cada vez mais força interna. Desse modo, os laços naturais existentes entre a China e a União Soviética foram se acentuando de tal forma que, em meados de 1949, aproximadamente três meses antes do estabelecimento da República Popular da China (RPC), Mao Zedong fez um importante pronunciamento, intitulado “Sobre a ditadura democrática popular”³⁷. Nele, Mao enfatizou quais deveriam ser as políticas que em linhas gerais iriam orientar o novo governo, tanto no plano doméstico, quanto no externo.

No plano doméstico, tais políticas estavam voltadas diretamente para a classe dos trabalhadores. No externo, as relações governamentais se dariam apenas com aqueles países que se mostrassem dispostos a respeitar a igualdade internacional, assim como a integridade de seu território, o que por si só excluía qualquer tipo de possibilidade de relações com os Estados Unidos, em função principalmente do apoio americano a Jiang Jieshi.

³⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 93.

³⁷ DULLES, Foster R. **American foreign policy toward communist China, 1949-1969**. New York: Thomas Y. Crowell Company. 1972: 39.

Nesse sentido, um dos pontos mais preocupantes do discurso de Mao para os *policy makers* dos Estados Unidos era exatamente a inclusão de uma aliança com a União Soviética, envolvendo todos os países do bloco soviético e o proletariado mundial, o que para eles, revelou os aspectos internacionais da revolução. Em outras palavras, a proposta de Mao era a promoção da unidade do movimento socialista em todas as partes do mundo, com ênfase especial na interdependência existente entre todos os partidos comunistas do planeta.

De acordo com Mao, era chegada a hora de fazer a revolução. Por essa razão, a população, sem exceção, estava diante da escolha entre dois caminhos: inclinar-se para o lado do imperialismo, representado por Jiang Jieshi e seus aliados ocidentais; ou para o lado do socialismo, com o apoio da União Soviética. Para ele, a neutralidade era uma máscara que encobria a realidade, por isso não existia uma terceira opção.

Neste particular, Foster Rhea Dulles observou que Mao chamou a atenção para o fato de que:

Em uma era na qual o imperialismo continua a existir (...) é impossível para uma revolução genuinamente popular, em qualquer país, obter vitória sem alguma forma de ajuda de forças revolucionárias internacionais. Mesmo quando a vitória já esta consolidada, não é possível mantê-la sem algum tipo de ajuda.

(ZENDONG, Mao. *apud* DULLES, Foster R. **American foreign policy toward communist China, 1949-1969**. New York: Thomas Y. Crowell Company. 1972: 39).

Desta maneira, essa afirmação pública de que a China deve inclinar-se para o lado do socialismo não foi baseada no mito de que o comunismo chinês buscava somente uma política de reformas agrárias. Com tal declaração buscava-se dissipar o pensamento popular de que a revolução poderia seguir seu curso de forma independente.

Segundo Sombra Saraiva, a proclamação da RPC em outubro de 1949 significou a vitória de “um novo modelo de comunismo na Ásia”³⁸. Para ele, o triunfo do PCC no seio soviético foi para os Estados Unidos a demonstração do fracasso de sua política externa

³⁸ SOMBRA SARAIVA, José F. **Relações Internacionais: dois séculos de história**. Vol. II Brasília: IBRI, 2001: 35.

para a Ásia. Desse modo, o desejo americano de ter a China como um importante aliado no Pacífico foi frustrado pela ação do PCC.

De acordo com Pomar, o generalíssimo Jiang Jieshi manifestou em 01 de janeiro de 1949 o desejo de retomar as negociações de paz com o PCC. Este desejo foi motivado pelo crescente enfraquecimento do Guomindang, pelas constantes perdas de efetivo militar no conflito armado contra o PCC e pela conversão de tropas nacionalistas em comunistas. Entretanto, “a sorte da guerra estava decidida – em abril os comunistas atravessaram o Yangzi e ocuparam Nanjing; em maio foi a vez de Xangai; em outubro, finalmente, Cantão passou às mãos dos comunistas”³⁹. Em 01 de outubro de 1949, na Praça Tiananmen⁴⁰, em Beijing, Mao Zedong proclamou a RPC dizendo que “nunca mais os chineses serão um povo escravo”⁴¹.

Em outubro de 1949, sete países estabeleceram relações diplomáticas e reconheceram a RPC. Em dezembro do mesmo ano, mais dois países também o fizeram⁴². No ano seguinte, a RPC foi reconhecida por mais nove países⁴³. Pelo fato da Grã-Bretanha ter mantido relações com o regime do Guomindang em Taiwan, seu reconhecimento foi rejeitado pelo governo chinês.

A revolução chinesa em 1949 representou para os Estados Unidos mais do que o fracasso de sua política no país; representou a perda de uma importante área de influência. Mao Zedong, ainda com forças do Guomindang dentro da China, foi ao encontro de Stalin, fazendo cumprir sua declaração sobre “pender para um lado”⁴⁴. Jiang Jieshi e os dirigentes do Guomindang, após abandonarem a presidência da China em 1949, estabeleceram, com apoio americano, seu poder em Taiwan.

Portanto, A vitória do PCC mostrou amargamente para os Estados Unidos que as décadas de estreito relacionamento com o partido do Guomindang não foram suficientes para garantir a organização do poder político no país. A corrupção do *China lobby*, que

³⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 95.

⁴⁰ Praça da Paz Celestial.

⁴¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 96.

⁴² Os países que primeiro reconheceram a República popular da China (RPC), em 1949, foram: União Soviética (02/10); Bulgária, Romênia (03/10); Polônia, Hungria, Tchecoslováquia (04/10); Iugoslávia (05/10); Birmânia (09/12); e Índia (30/12). SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras. 1995: 498.

⁴³ Países que reconheceram a RPC, em 1950: Paquistão (04/01); Grã-Bretanha, Ceilão, Noruega (06/01); Dinamarca, Israel (09/01); Finlândia, Afeganistão (13/01); e Suécia (14/01). *Idem*, 1995: 498.

⁴⁴ *Ibidem*; 1995: 498.

será abordada com maior profundidade no próximo tópico, contribuiu fortemente para aumentar a influência do PCC nas camadas mais baixas da população.

1.3. A REALIDADE DA “PERDA DA CHINA”

“Corrupção é o comportamento de autoridades públicas que se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares”.
(HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora Forense-Universitária, EDUSP, 1975: 72).

Após oito anos ininterruptos de lutas contra a invasão japonesa, as tropas nacionalistas, sob o comando do generalíssimo Jiang Jieshi, encontravam-se enfraquecidas. A corrupção burocrática – aqui empregada no sentido huntingtoniano – aliada ao totalitarismo proveniente do longo período de guerra impediu que o regime do Guomindang ganhasse o apoio da população chinesa. Em contrapartida, a pungente doutrina do PCC, no norte da China, além de oferecer a sua população uma administração eficiente oferecia também um atraente programa de reforma agrária.

No entendimento de Divine, os sucessivos esforços diplomáticos do governo americano no sentido de formar um governo de coalizão entre o Guomindang e o PCC falharam. Desse modo, em 1947 a guerra civil chinesa espalhou-se com grande intensidade por todo o território chinês.

Para o autor, muito “embora a política externa americana possuísse pequena influência nos eventos que ocorriam dentro da China, o povo americano sentiu-se culpado por perder a nação mais extensa do mundo para o bloco comunista. Um sentimento de frustração e fracasso espalhou-se por toda a nação”⁴⁵.

⁴⁵ DIVINE, Robert A. **American foreign policy**. New York: A Meridian Book, New American Library, 1960: 273.

A decepção americana com a China se deu principalmente pelo fato deles terem acreditado possuir o país. No entendimento de Peffer, é praticamente impossível explicar como que:

(...) um povo vindo da Europa para a costa oriental de um continente novo e desabitado de três mil milhas de largura, veja-se dentro de algumas gerações comprometido na vida e na fortuna dos seus filhos com os negócios de um país situado a quase seis mil milhas da costa ocidental desse continente, depois de haver conscientemente resolvido, através da sua história, separar-se dos negócios do continente do qual veio (...). Entretanto com a Ásia, com a qual não havia e não pode haver qualquer espécie de comunidade e nem o mais leve laço, houve uma preocupação consciente, direta e voluntária. Com a Europa, nenhum compromisso, com a Ásia, participação ativa na sua remota e exótica política.
(PEFFER, Nathaniel. **Basis for peace in the Far East**. New York: Harper & Brothers, 1942: 30).

Para Lippmann, um dos principais motivos para justificar o interesse americano pela Ásia pode ser observado na declaração feita em 1849 pelo presidente Fillmore de que “a consideração (...) do grande comércio que, em futuro não remoto, deve desenvolver-se entre a costa ocidental da América do Norte e a Ásia Oriental”⁴⁶.

Realmente, os americanos possuíam motivos para acreditarem possuir a China: a Califórnia mantinha relações comerciais com a China; grandes importâncias foram gastas com missões religiosas e diplomáticas na China, tais missões religiosas converteram muita gente, entre elas o generalíssimo Jiang Jieshi; e se a China experimentou algum progresso econômico, foi graças ao grande volume de investimentos de capital americano no país.

O que seguramente possibilitou a extraordinária expansão americana pelo Pacífico foi a segurança dada pelo pacto de Monroe com a Inglaterra acerca do Atlântico. Desse modo, com o decorrer do tempo “os Estados Unidos se entregaram à convicção de que a China deixaria de ser uma colônia dominada por impérios estrangeiros e tornar-se-ia um país independente, uma grande potência militar”⁴⁷. Por tanto, “o que podemos fazer é agir na presunção de que as condições, que durante meio século fizeram da integridade e da

⁴⁶ FILLMORE, Millard *apud* LIPPMANN, Walter. **A política exterior dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944: 147.

⁴⁷ LIPPMANN, Walter. **A política exterior dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944: 148.

segurança da China um interesse vital dos Estados Unidos, façam, quando a China torna-se uma grande potência, da segurança dos Estados Unidos um interesse vital da China”⁴⁸.

Contudo, enquanto os americanos introduziam sua missão diplomática na China, os chineses temiam que tais missões se aproximassem de famílias poderosas, como os Sung, os Hung e os Jiang, com o interesse último de garantir o poder nas mãos do regime democrático do Guomindang. Naquela ocasião a China representava para os Estados Unidos um mercado com mais de 400 milhões de consumidores⁴⁹.

A corrupção do *China lobby*, que recebia suborno do Guomindang para não divulgar na mídia americana sua verdadeira situação, cegou o governo americano para questões internas importantes, que cada vez mais ganhavam força na China como, por exemplo, o comunismo sob a voz de Mao Zedong. Em 1944, o diplomata americano John Paton Davies fez um relatório que foi publicado em 1950 no livro Branco do Departamento de Estado. Nesse relatório o diplomata afirmou que “o futuro da China não pertence à Jiang Jieshi, mas a Mao”⁵⁰, nesse sentido “os Estados Unidos deveriam promover um governo de coalizão de Jiang e Mao, para excluir a influência da URSS”⁵¹, assim, “um futuro conflito entre os comunistas chineses e os comunistas russos deveria ser aproveitado pelos Estados Unidos”⁵².

A Recomendação do diplomata foi corroborada pelo general Joseph Stilwell que foi o comandante das forças americanas na Ásia em 1942. Nesse período Stilwell preparou vários relatórios que denunciavam a corrupção do regime nacionalista que era encabeçada pelas famílias Sung, Hung e Jiang. A ação inescrupulosa dessas famílias contribuiu enormemente para o fortalecimento dos comunistas na medida em que entregavam as armas fornecidas pelo governo americano tanto para as tropas japonesas quanto para as do PCC. Em troca elas recebiam grandes subvenções as quais eram depositadas em bancos suíços ou usadas para pagar comissões ao *China lobby* em Washington.

⁴⁸ LIPPMANN, Walter. **A política exterior dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944: 149.

⁴⁹ CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano. 3, nº. 13, maio/1967: 29.

⁵⁰ DAVIES, John Paton *apud* CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano. 3, nº. 13, maio/1967: 28.

⁵¹ *Idem*; 1967: 28.

⁵² *Ibidem*; 1967: 28.

A ação do *China lobby* acabou convencendo o Congresso americano da enorme influência que Jiang Jieshi, o “herói da democracia”⁵³, tinha sobre sua população. Entretanto, o triunfo do comunismo na China mostrou amargamente para os Estados Unidos que o discurso defendido pelo *China lobby* não passava de uma ilusão cujo principal resultado foi o malogro total de sua política externa para China.

Assim, o sonho americano de se criar uma China livre fracassou e o que acabou prevalecendo mesmo foi o terrível pesadelo realista da busca pelo poder. Nesse sentido, a combinação do advento da era nuclear e da espionagem internacional com a Guerra Fria contribuiu fortemente para a intensificação do temor americano da ampliação da influência do comunismo no mundo. Desta forma, a perda da influência na China teve um impacto desastroso na sociedade americana, e o caso da vitória do PCC tornou-se um exemplo emblemático do perigo comunista.

Nesse sentido, imediatamente após o triunfo do PCC começou-se nos Estados Unidos um período de verdadeira caça às bruxas em busca de culpados para o feito comunista. Davies conseguiu se explicar, mas o jornalista John T. Flynn, conselheiro do Senador Joseph McCarthy para questões asiáticas, acabou encontrando outros culpados. O jornalista acusou cerca de setenta membros do *Institute of Pacific Relations* (IPR)⁵⁴ de influenciar e conspirar contra o Departamento de Estado, porém, o IPR contava com cerca de quinze membros, o que resultou no fracasso desta tentativa.

Dessa forma, foi devido à complexidade da situação e da necessidade de se encontrar um culpado pelo desastre da política externa americana que o próprio McCarthy acusou o professor da *Johns Hopkins University*, Owen Lattimore, de perjúrio⁵⁵ e de ter vendido a China ao comunismo. Para o Senador, o professor era “o principal agente espião russo nos Estados Unidos”⁵⁶, assim como “o principal formulador da política externa americana

⁵³ CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano. 3, nº. 13, maio/1967: 28.

⁵⁴ A partir de 1925, o IPR investiu na consecução de um programa de pesquisas e na realização de conferências bienais acerca da atuação americana na Ásia. O instituto contou com a colaboração de vários especialistas em China e seus arquivos estavam repletos de referências a estrangeiros, pró-comunistas e a alguns comunistas. Por esse motivo, o IPR foi acusado de influenciar e conspirar contra o Departamento de Estado em favor do PCC. FAIRBANK, John K. **The United States and China**. 4thed. enl._ Cambridge, Mass: Harvard University Press, c1983: 351.

⁵⁵ *Idem*; 1983: 352.

⁵⁶ CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano. 3, nº. 13, maio/1967: 29.

para o Extremo Oriente”⁵⁷ e principalmente “o homem que vendeu 400 milhões de almas para a escravidão comunista”⁵⁸. A acusação de McCarthy se fundamentou basicamente no relatório que Lattimore apresentou, em agosto de 1949, ao Departamento de Estado. Nele Lattimore advertia contra o plano do Departamento de “apoiar governos anticomunistas na Ásia, que não eram realmente democráticos, só porque eram anticomunistas”⁵⁹. Esse relatório era claramente contra os interesses do *China lobby*.

A partir de 1950, ficou claro para o PCC que os Estados Unidos não reconheceriam a RPC. O problema maior na relação conflituosa entre os dois países era que além dos Estados Unidos não reconhecerem a RPC, eles continuavam com a sua política de intervenção na guerra civil chinesa. As políticas americanas anti PCC abarcavam: um considerável aumento na assistência à França, na questão da Indochina; apoio e proteção ao regime nacionalista do Guomindang; estreitamento nas relações com inimigos históricos, como por exemplo, o Japão.

Para o governo americano, o histórico de boas relações entre os dois países tornava inimaginável se pensar que a relação viesse a se transformar algum dia em uma relação de ódio. O pensamento americano revelou-se, na verdade, uma grande ilusão. A traição da amizade por parte dos chineses deixou um vazio de sentimento, que foi rapidamente preenchido por um misto de frustração e raiva. O relacionamento sino-americano, segundo os Estados Unidos, teve um grau de intensidade emocional tão elevado, que não foi observado depois no relacionamento dos Estados Unidos com a União Soviética. A China, que outrora era vista como a grande aliada e protegida, passou a ser vista, agora, como sendo um país de natureza agressiva e antiamericana. Daí em diante o país começou a ser chamado comumente de *Red China*⁶⁰, uma clara alusão ao alinhamento com o bloco comunista.

Grosso modo, pode-se dizer que os fatos ocorridos na China a partir de 1949 tiveram um grande impacto tanto nos países do bloco socialista quanto nos do bloco capitalista. No primeiro caso, porque a aliança com o bloco soviético representou, sem

⁵⁷ CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano. 3, nº. 13, maio/1967: 29.

⁵⁸ *idem*; 1967: 29.

⁵⁹ *Ibidem*; 1967: 29.

⁶⁰ SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 84.

dúvida alguma, uma importante mudança na balança de poder. No segundo, porque tal aliança significou, para os Estados Unidos, a perda de uma importante área de influência. O sentimento de frustração e perda gerado pela revolução chinesa foi intensificado, nos Estados Unidos, durante todo o período da Guerra Fria.

2. GUERRA DA CORÉIA: UMA QUESTÃO DE EQUILÍBRIO DE PODER.

No final de 1949, as dificuldades que eram inerentes ao desenvolvimento da linha da política externa dos Estados Unidos, estavam até certo ponto definidas devido à experiência da perda da China. (...) no início de 1950, o Extremo Oriente era mais uma área de revisão do que de decisões políticas. (...) no complexo problema asiático a Coréia ocupava uma posição secundária na política externa dos Estados Unidos.

(REITZEL, William; KAPLAN, Morton A. and COBLENS, Constance G. **United States foreign policy, 1945-1955**. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1956: 259).

De acordo com McCormick, “a Guerra da Coréia inaugurou um período de vinte e três anos caracterizado como a Segunda Guerra Fria, a era do Vietnã e o Long Boom”⁶¹. Salvo por um breve momento de 1950, a competição soviético-americana trouxe um sabor mais militarizado e o seu alto foco na periferia deu um contexto mais global do que um contexto centralizado na Europa. Em tempo algum essa competição foi mais evidente do que na longa guerra americana, iniciada com o suporte dado pelo presidente Truman à França no controle do Vietnã no começo de 1950 e que terminou com o presidente Nixon ao celebrar os acordos de paz de Paris em 1973. A era do Vietnã e a chamada segunda Guerra Fria coincidiram e, em alguns casos, ajudaram a produzir o maior e lucrativo período de crescimento econômico na história do capitalismo mundial.

A indústria global alcançou uma média de crescimento de 5.5 % ao ano e o movimento de capitais se tornou mais fluído e livre do que nunca⁶². Esse *boom* econômico - a época do Vietnã, e a reconfiguração da Guerra Fria tiveram a mesma origem: a responsabilidade americana na crise do começo de 1950, que começou, no nível político, com o NSC-68 e, no nível instrumental, com a Guerra da Coréia.

A esse respeito Dulles observou que:

⁶¹ McCORMICK, Thomas J. **America's half-century: United States foreign policy in the Cold War and after**. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 99.

⁶² *Idem*; 1995: 99.

A probabilidade de um ataque por forças comunistas em alguma parte do mundo no verão de 1950 foi antecipada pelo Conselho Nacional de Segurança. Em um documento altamente secreto (NSC-68) iniciado pelo presidente Truman em abril – um documento que Dean Acheson caracterizou como “um dos maiores documentos de nossa história” – o Conselho declarou que a União Soviética estava preparada para estender seu poder na Europa, no Oriente Médio, ou na Ásia. Por isso, os Estados Unidos deveriam estar, pelo menos, preparados para resistir, em cooperação com seus aliados, a qualquer tipo de ataque. Porém, se necessário fosse, deveriam agir unilateralmente. Foi dada na ocasião que a seleção russa do alvo pudesse ser a Coreia (...). (DULLES, Foster R. **American foreign policy toward communist China, 1949-1969**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1972: 91).

De acordo com o Departamento de Estado Americano, em 25 de junho de 1950 o governo foi informado pelo seu Embaixador na Coreia que “as forças da Coreia do Norte invadiram o território da RC em vários locais nesta manhã”⁶³, e que “isto poderia, pela natureza do ataque e pela maneira em que ele foi lançado, constituir uma ofensiva máxima da RPDC”⁶⁴. Em 27 de junho, do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU, sob forte pressão dos Estados Unidos e favorecido pela abstenção⁶⁵ da URSS do Conselho, recomendou que “os membros das Nações Unidas fornecessem assistência para a RC, caso fosse necessário, a fim de repelir o ataque norte-coreano e para restaurar a paz internacional e a segurança naquela região”⁶⁶.

Três motivos levaram o governo americano a intervir nestes conflitos: o primeiro tinha como objetivo a promoção da integração das economias extrativistas dos países periféricos, garantindo assim o abastecimento das indústrias dos países centrais, ainda que para isto fosse usada a força militar. Aliás, de acordo com McCormick, em nenhum lugar do mundo o uso da força militar foi mais necessária do que nas fronteiras asiáticas. Na Coreia, a guerra civil e a insurreição levaram cem mil coreanos à morte e a uma nação dividida; em Taiwan, o último reduto do Guomindang, os nacionalistas aguardavam a confrontação final com a RPC; e na Indochina, especialmente no Vietnã, a França foi levada a uma guerra contra a oposição radical nacionalista a partir de 1946⁶⁷.

⁶³ **U.S. Department of State**. *United State Policy in the Korean Crisis*. Publication 3922. July 1950: 11.

⁶⁴ *Idem*; 1950: 11.

⁶⁵ Na verdade a URSS estava boicotando o Conselho de Segurança da ONU.

⁶⁶ **U.N. Security Council**. *Fifth Year*. Official Records. Nº 16, 474th Meeting. June 27, 1950: 4.

⁶⁷ McCORMICK, Thomas J. **America's half-century: United States foreign policy in the Cold War and after**. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 100.

O segundo, visava manter a economia da periferia asiática aberta e assegurar a realocação do Japão no sistema mundial. O terceiro pretendia garantir a gravitação japonesa na órbita americana. Assim, desencadeada entre junho de 1950 e julho de 1953, a Guerra da Coreia fez parte de um contexto de intensos conflitos nas fronteiras, do nordeste e do sudeste da China e em Taiwan.

2.1. A GUERRA DA CORÉIA E SUAS CAUSAS

O catalisador para a Guerra da Coreia foi a política americana de ajuda para o Japão. Em novembro de 1949, autoridades americanas anunciaram oficialmente em Tóquio e Washington suas intenções em negociarem um último tratado de paz com o Japão, terminando assim, formalmente, a Segunda Guerra Mundial no Pacífico. Esse tratado poderia ser negociado unilateralmente pelos Estados Unidos e incluir, em longo prazo, a permanência americana em bases militares no Japão. Sigilosamente o Departamento de Estado e o Conselho Nacional de Segurança americano iniciaram estudos que tiveram como resultado o NSC-48, o que por si só já ia muito além da ajuda americana pensada anteriormente. Esse conjunto de fatores encorajou o governo japonês a se reaproximar dos antigos inimigos de guerra no nordeste e sudeste asiático. O ato japonês endossou todos os esforços americanos para acabar com a instabilidade da região e para integrar a economia japonesa com a americana. Neste contexto, o governo americano se declarou abertamente favorável ao rearmamento do Japão, pois nesse sentido, o Japão desempenharia um papel de polícia americana na região. A aproximação dos Estados Unidos do Japão provocou, nos demais Estados da região, a desconfiança de uma estratégia de *rollback* para o nordeste da Ásia, ou seja, passou-se a temer que a aliança americano-japonesa tivesse como principal objetivo libertar a Coreia e a Manchúria da influência sino-soviética.

Em abril de 1951 o presidente Truman apontou John Foster Dulles (futuro Secretário de Estado, 1953-59) para liderar as negociações com o Japão de modo que em setembro do mesmo ano os Estados Unidos assinaram um tratado de paz e um pacto de segurança mútua com o governo japonês. A ação americana visou assegurar a não expansão do comunismo na Ásia e principalmente que o renascimento do Japão não representasse uma

ameaça futura ao povo americano. Simultaneamente às negociações com o Japão, os Estados Unidos negociaram um acordo segurança mútua com as Filipinas e o pacto ANZUS de proteção com a Austrália e a Nova Zelândia. A política americana foi interpretada de duas formas pela URSS: como sendo uma política agressiva cujo principal objetivo era reintroduzir o Japão na esfera de poder asiática e como resposta à crise coreana de 1949-50. Desse modo, a opinião soviética foi dividida em dois grandes grupos: o dos otimistas que viram na crise americana o indício do colapso interno do sistema capitalista mundial ⁶⁸; e os pessimistas, visão dominante, ⁶⁹ que por sua vez argumentavam que a estratégia americana tinha ido muito longe para ser neutralizada por uma ação de paz ofensiva. O que corroborou o argumento pessimista foi a decisão da OTAN de produzir a bomba H. Além disso, eles defendiam que a decisão do governo americano abrangia um retorno a uma política de *rollback* cujo objetivo era reverter a deterioração da balança de poder na Ásia.

Em dezembro de 1949, os soviéticos iniciaram negociações com a China que resultaram na assinatura de um pacto sino-soviético em 1950. Este pacto incluiu um acordo defensivo direcionado especificamente para o Japão. Ao mesmo tempo, a URSS aumentou consideravelmente a ajuda militar, artilharia pesada, no norte da Coreia. Segundo McCormick, “existem algumas evidências, embora muito debatidas, que Stalin consentiu ou até mesmo aprovou o pedido da Coreia do Norte de intensificar a guerra civil coreana elevando-a para o estágio de guerra convencional” ⁷⁰, entretanto:

Caso essa análise da política externa russa para a Ásia esteja correta, então, a sua natureza (...) pode ser explicada pela existência de dois fatores: primeiro, a Rússia não sofreu ocupação territorial japonesa, o que a deixou sem posição de

⁶⁸ Tais indícios eram: a contração espacial do poder americano resultante da perda da China; a contração econômica (a recessão mundial e a desvalorização da moeda americana); e a diminuição da hegemonia americana (o advento nuclear russo) prenunciava o fim do capitalismo. McCORMICK, Thomas J. **America's half-century: United States foreign policy in the Cold War and after.** 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 101.

⁶⁹ Segundo McCormick, a visão pessimista era a visão dominante por basear-se na experiência da perda americana da China. Com a perda da China o Japão passou a ser a principal opção americana na Ásia, especialmente por sua posição geográfica. Desse modo, os líderes russos entendiam que o governo americano evitaria a qualquer custo a perda de mais uma área de influência, como a da Coreia, para o comunismo. *Idem*; 1995: 101.

⁷⁰ McCORMICK, Thomas J. **America's half-century: United States foreign policy in the Cold War and after.** 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 101.

subverter a política americana, assim a ação russa pareceu ser realizada unicamente para conter o avanço japonês. Segundo, se a Rússia falhasse em impedir a reentrada do Japão na esfera de poder asiática, isto tornaria possível que a China, por si mesma, tentasse reorganizar toda a periferia asiática contra o Japão.

(McCORMICK, Thomas J. **America's half-century**: United States foreign policy in the Cold War and after. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 101; 102).

Apesar de a RPC dever para a URSS o sucesso de sua revolução, ela já havia demonstrado um caráter independente nas negociações com os soviéticos que resultaram no Pacto Sino-Soviético de fevereiro de 1950. Segundo Spanier, com a celebração desse pacto “a URSS se obrigou a ajudar a China no caso de um ataque japonês ‘ou de qualquer outro Estado unido a ele’ (uma óbvia referência aos Estados Unidos)”⁷¹. O governo soviético tentou subordinar o governo da RPC à sua política externa, Stalin e outros líderes russos temiam a autonomia chinesa bem como seu potencial para criar um terceiro campo (maoísmo como uma forma asiática do marxismo), no mundo Stalin havia decretado há longo tempo a divisão em dois campos apenas. A inação soviética na fase da política americana para o Japão provavelmente alimentou e aumentou essa potencialidade.

Contudo, nem a política soviética, nem a política americana davam indícios de que as fronteiras da guerra começariam vigorosamente na Coreia, o que de certo modo assegurou para o governo coreano a continuidade e permanência de seu *status quo*. Em 1905 a Coreia se tornou uma colônia e protetorado japonês, e foi explorada continuamente pelos 50 anos subseqüentes. Porém, quando os soviéticos aniquilaram na Coreia as tropas japonesas - em agosto de 1945 - o governo americano ocupou as bases japonesas sul coreanas, o que deixou a Coreia temporariamente sob uma supervisão mista. O que favoreceu o endurecimento de uma divisão entre a URSS, ocupando o norte, e os Estados Unidos ocupando o sul. Em 1949 os soviéticos emprestaram suas forças militares para a Coreia do Norte e reconheceram a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), na esperança de cooptar grupos pró-chineses na região e reorientá-los para Moscou. Os Estados Unidos, depois do fracasso dos esforços de usar a Organização das Nações Unidas para reunificar as Coreias também emprestaram suas tropas para a Coreia do Sul e

⁷¹ SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 79.

reconheceram a República da Coreia (RC). Nesse meio tempo, a Coreia foi tomada por uma violenta guerra civil que irrompeu em insurreições antigovernamentais no sul da Coreia em 1948 (a revolta Cheju-do Island e o motim das tropas do Yosu); no bombardeamento das costas do país e incursões ao longo do paralelo 38, iniciadas por ambos os governos em 1949; e a repressão governamental ao Partido Trabalhista da Coreia do Sul no início de 1950. Portanto, o que a opinião pública internacional chamou de Guerra da Coreia, não passou de mais um capítulo de sua guerra civil. Durante a guerra civil, tanto a Coreia do Norte quanto a Coreia do Sul tentaram manipular suas *Patron Powers*. A Coreia do Sul, sob a pesada mão de Syngman Rhee, não inspirava confiança ao governo americano.

De acordo com Reitzel:

Apesar da Coreia do Sul se mostrar amigável aos Estados Unidos isso não significava que ela fosse classificada como um Estado democrático. O governo sul-coreano não omitiu o desejo de ter a Coreia do Norte sob o seu controle. O conflito apresentou-se como sendo uma guerra civil – e desta maneira poderia ser compreendida com uma questão puramente doméstica – entre dois grupos políticos beligerantes.

(REITZEL, William; KAPLAN, Morton A. and COBLENS, Constance G. **United States foreign policy, 1945-1955**. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1956: 263).

Nesse sentido:

Os Estados Unidos estavam em circunstâncias militares reduzidas, tanto em material bélico, quanto em contingente. Somente um esquema envolvendo o Oitavo Exército, que ocupava o Japão, estava disponível para combate. Não era certo que o governo americano pudesse dispor desse exército suficientemente rápido para interferir de forma incisiva a ponto de alterar o curso do conflito.

(REITZEL, William; KAPLAN, Morton A. and COBLENS, Constance G. **United States foreign policy, 1945-1955**. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1956: 263)

A Coreia do Norte teve melhor sorte, principalmente porque ela pôde capitalizar a seu favor o medo soviético da influência da RPC. Apesar disso, a ajuda soviética foi

limitada em extensão e tipo, em parte, por causa do temor soviético de um confronto direto com os Estados Unidos e, em parte, porque a Coréia do Norte poderia sentir-se encorajada a cruzar prematuramente o paralelo 38. Nesse contexto, em 25 de junho a Coréia do Norte atacou a Coréia do Sul numa tentativa de aniquilar as forças de resistência da RC. De certo modo, a movimentação em agosto de 1950, criou uma expectativa acerca da invasão da RPC a Taiwan. Segundo Morgenthau, o ataque norte-coreano à RC acabou recebendo o apoio da RPC em novembro do mesmo ano. A restauração do tradicional controle chinês sobre a península coreana significava, em última instância, a derrota total dos Estados Unidos no conflito ⁷².

Portanto, o histórico de boas relações que os Estados Unidos acreditavam possuir com a China, de certo modo impediu que os *policy makers* vislumbrassem a necessidade de que fosse realizada uma política asiática ofensiva que evitasse um futuro choque de interesses entre os dois Estados. Porém, uma análise realista fundamentada nos princípios de Morgenthau poderia ter mostrado a eles que o choque era inevitável.

2.2. EUA *versus* CHINA: UM CONFRONTO ANUNCIADO

A Política Externa dos Estados Unidos para a Ásia foi determinada, no pós 1949, em larga medida, pela experiência da “perda da China” ⁷³, e também pela consolidação do regime comunista na China, ao fim da Guerra da Coréia (1953).

O governo chinês, temendo que os Estados Unidos cruzassem as suas fronteiras, percebeu a presença americana como inimiga, o que acabou levando à intervenção na Coréia. Do ponto de vista de Washington, a intervenção chinesa não fazia sentido algum, pois, os Estados Unidos haviam repetidamente tranquilizado Beijing sobre o caráter de sua presença na região. Entretanto, o que se observou foi um progressivo aumento da tensão no conflito e a dura batalha no inverno de 1950-1951 revelou a verdadeira extensão da guerra, o que azedou de vez as relações sino-americanas.

⁷² MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: McGraw-Hill, 1993: 294; 296.

⁷³ CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano.3, n°.13, maio/1967: 27.

Nesse contexto, Morgenthau resume a história do pensamento político em duas escolas, a idealista e a realista:

A primeira [escola] acredita que uma ordem política racional e moral, derivada de princípios abstratos, válidos universalmente, podem ser estabelecidas *hic et nunc*. Ela pressupõe que a natureza humana é boa e maleável sem limites [...] A outra escola acredita que o mundo, imperfeito como é de um ponto de vista racional, é o resultado de forças inerentes à natureza humana. Para tornar o mundo melhor, devemos agir com estas forças e não contra elas.

(CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a Teoria das Relações Internacionais em transição. **Cadernos do REL**, Publicação do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Caderno n°. 20, 2º Semestre de 2001: 17).

Sobre a segunda escola o autor observa que:

Sendo este mundo, por inerência, um mundo de interesses opostos e de conflitos entre eles, não podem nunca, os princípios morais serem realizados, mas deve o mais possível, serem aproximados através do equilíbrio sempre provisório dos interesses, e da solução sempre precária dos conflitos. Esta escola vê num sistema de restrições e de equilíbrios um princípio universal para todas as sociedades pluralistas. Ela invoca o precedente histórico, em vez dos princípios abstratos e tende para a realização do mal menor em vez do bem absoluto.

(CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a Teoria das Relações Internacionais em transição. **Cadernos do REL**, Publicação do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Caderno n°. 20, 2º Semestre de 2001: 18).

Desse modo, Morgenthau fundamentou seu pensamento de forma objetiva nas noções de poder e de interesse nacional. O resultado dessa relação, entre poder e interesse nacional, foi a polarização do debate acadêmico, desenvolvido sobre a política internacional. Segundo ele, a existência da Coreia como um Estado autônomo tem sido por mais de dois mil anos a pedra fundamental que mantém a balança de poder no Extremo Oriente em equilíbrio⁷⁴. Historicamente, a despeito da contestação japonesa, o controle da

⁷⁴ MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: McGraw-Hill, 1993: 294.

Coréia tinha sido exercido pela China. Entretanto, no final do século XIX a Rússia substituiu a China na disputa com o Japão pelo controle da Coréia. Ao final da Segunda Guerra Mundial, tanto a China, quanto o Japão, estavam sem condições de exercer algum tipo de controle sobre o território coreano, o que permitiu às duas superpotências vitoriosas arrogarem para si essa função.

Assim sendo, o conflito histórico, acerca do controle coreano, entre a China e o Japão, foi transferido para os novos tutores daquela região. Nesse sentido, toda a política desenvolvida pelas duas superpotências para o Extremo Oriente foi regida basicamente pelo segundo princípio de Morgenthau. Para o teórico, o realismo político estava plantado sobre o terreno fértil de “seis princípios fundamentais”⁷⁵, a saber:

1. A política é governada por leis objetivas com raízes na natureza humana.
2. O marco indicador da política internacional deve ser o conceito de interesse definido em termos de poder. A política externa deve minimizar os riscos e maximizar os benefícios.
3. O tipo de interesse que impulsiona a ação política e o conteúdo do conceito de poder é determinado pelo ambiente político e cultural.
4. O realismo político é consciente da tensão entre o imperativo moral e as exigências da ação política. Sendo animado pelo princípio moral da sobrevivência nacional, o estado não pode admitir que a reprovação moral prejudique o sucesso da ação política.
5. Identificar o nacionalismo particular e as intenções da providência divina é moralmente indefensável. O conceito de interesse definido em termos de poder previne tal demência política.
6. A esfera política é autônoma em relação às esferas da economia, da ética, do direito e da religião. O objetivo do realismo político é contribuir para a autonomia da esfera política.

⁷⁵ CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a Teoria das Relações Internacionais em transição. **Cadernos do REL**, Publicação do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Caderno n°. 20, 2º Semestre de 2001: 18.

Os principais debates teóricos entre o realismo de Morgenthau e o idealismo wilsoniano ocorreram entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1950. Assim, a divisão da Coreia em duas zonas de influência, americana e soviética, ao final da Segunda Guerra Mundial representou a expressão máxima dos interesses dessas superpotências em relação a manutenção do *status quo* na região. Neste período a teoria realista desenvolveu-se rapidamente ganhando novos adeptos. Nem os Estados Unidos, nem a URSS poderia permitir o controle da Coreia por qualquer uma das partes. De acordo com Morgenthau, a proteção do Japão representava um interesse vital para os Estados Unidos, pois a partir do território japonês os Estados Unidos poderiam evitar que a Coreia caísse na órbita de influência comunista. O que o Japão representava para os Estados Unidos, a China representou para a URSS ⁷⁶.

Para os realistas, o Estado é um ator “racional”, ou seja, um ator capaz de perseguir com coerência o interesse nacional. “Além disso, o processo político era visto como uma luta pelo poder, e a primazia era dada a assuntos relacionados ao uso da capacidade militar e sua influência sobre a estruturação da ordem mundial” ⁷⁷. De acordo com essa corrente teórica o sistema internacional é “anárquico”, ou seja, não existem princípios normativos que ordenem o sistema, por isso o Estado é visto como único ator relevante, o que exclui totalmente os atores não estatais do campo da política internacional.

Por este motivo, a visão teórica do “realismo” dominou praticamente todas as discussões sobre a política internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Desse modo, “a China interveio contra o avanço das Nações Unidas na Coreia do Norte, pelas mesmas razões que levaram os Estados Unidos a intervir contra o avanço militar da RPDC na Coreia do Sul: o medo de uma Coreia unificada sob a influência de uma potência hostil” ⁷⁸. Conseqüentemente, tanto o governo soviético quanto o governo americano, ficaram temporariamente satisfeitos com a divisão da Coreia em duas esferas de influência, pois, tal divisão resultou num ponto precário e instável para o equilíbrio da balança de poder no Extremo Oriente.

⁷⁶ MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: McGraw-Hill, 1993: 295.

⁷⁷ CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a Teoria das Relações Internacionais em transição. **Cadernos do REL**, Publicação do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Caderno n°. 20, 2º Semestre de 2001: 19.

2.3. CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA DA CORÉIA

As forças da Coréia do Norte se moveram rapidamente para o sul, em direção ao paralelo 38, com o fito de obterem a unificação nacional. O governo americano respondeu rapidamente a esta ação militar e alocou suas forças militares na península coreana. Os Estados Unidos aproveitaram a abstenção da URSS do Conselho de Segurança para assegurarem a aprovação da intervenção da ONU no conflito.

Segundo McCormick, com a interrupção das ofensivas militares da Coréia do Norte, os Estados Unidos intensificaram suas ações militares ao desembarcarem suas tropas em Inchon, o que bloqueou a maior parte das forças da RPDC e levou posteriormente a uma retirada de grande parte de suas tropas da região do paralelo 38⁷⁹. Duas semanas antes, o Conselho Nacional de Segurança tomou uma das principais decisões americanas acerca da guerra: tentar unificar a Coréia e mantê-la sob o controle do regime da RC. Essa decisão foi ratificada pelo governo americano em 27 de setembro de 1950. Desse modo, as tropas da RC e as tropas americanas sob a bandeira da ONU, cruzaram o paralelo 38 e se moveram pelo *Yalu River* e pela fronteira da Coréia do Norte com a Manchúria chinesa. Esta ação representou a clara opção do governo americano pela política de *rollback*, pois com ela, ele decidiu ir muito além de uma estratégia de contenção norte-coreana.

A ação americana ameaçou interesses considerados vitais para a China maoísta na Manchúria, por esta razão a RPC colocou suas tropas militares à disposição da RPDC. Depois de um mês de intensa batalha, as forças aliadas americanas fizeram uma onerosa retirada de suas tropas do paralelo 38. Em suma, o conflito se arrastou por trinta e um meses sem dar vantagem efetiva para nenhuma das partes.

De acordo com McCormick, o fracasso da política de *rollback* resultou em uma grave crise política nos Estados Unidos. O Congresso americano, além de criticar duramente a administração Truman por ter usado força insuficiente ao longo do conflito e por ter optado pela política de *rollback*, alegou ainda que o governo americano podia ter

⁷⁸ MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: McGraw-Hill, 1993: 296.

⁷⁹ McCORMICK, Thomas J. **America's half-century: United States foreign policy in the Cold War and after**. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 103.

bombardeado a Manchúria, ter ajudado a China nacionalista em Taiwan a restaurar o seu poder no continente, ou até mesmo, ter usado a bomba atômica contra a Coréia do Norte⁸⁰. Na visão do Senador Joseph McCarthy “os jovens americanos estavam morrendo na Coréia”⁸¹ por causa de “um grupo de intocáveis no Departamento de Estado”⁸² e que “o alto posto dos Conselheiros Vermelhos”⁸³ no governo americano era “muito mais perigoso que as metralhadoras comunistas na Coréia”⁸⁴.

Neste clima político, o Congresso americano aprovou o *McCarran Internal Security Act* em setembro de 1950, e os republicanos usaram a guerra da Coréia como estratégia para tentar recuperar o terreno político perdido na eleição de 1948. Na opinião do General Douglas MacArthur, comandante americano na Guerra da Coréia, o governo americano deveria ter tomado uma atitude mais agressiva na Coréia. Segundo ele, “não havia substituto para a vitória”⁸⁵ pois, “uma guerra se vence no campo de batalha e não em uma mesa de negociações”⁸⁶.

De acordo com McCormick, a crítica política do Congresso americano foi alimentada pela “divulgação da opinião do General MacArthur”⁸⁷. A controvérsia entre Truman e MacArthur acerca do posicionamento americano na Guerra da Coréia foi gerada pela divergência de opiniões entre o governo e o General. O governo americano era contrário à opinião do General por considerá-la arriscada.

Acerca do conflito entre Truman e MacArthur, Spanier observa que:

A administração Truman rejeitou as propostas de MacArthur porque eram consideradas muito arriscadas. O governo americano temia que o bombardeio da China, principal aliado da URSS, pudesse levar a uma nova guerra mundial. A China era de longe o aliado mais importante da União Soviética. O grande interesse soviético no Extremo Oriente e a necessidade de manter seu prestígio

⁸⁰ McCORMICK, Thomas J. **America's half-century**: United States foreign policy in the Cold War and after. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 103.

⁸¹ McCARTHY, Joseph *apud* McCORMICK, Thomas J. **America's half-century**: United States foreign policy in the Cold War and after. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 103.

⁸² *Idem*; 1995: 103.

⁸³ *Ibidem*; 1995: 103.

⁸⁴ *Ibidem*; 1995: 103.

⁸⁵ MacARTHUR, Douglas *apud* **The Foreign Policy Association**. *A cartoon history of United States foreign policy, 1779-1976*. New York: William Morrow and Company, Inc. 1975: 98.

⁸⁶ **The Foreign Policy Association**. *A cartoon history of United States foreign policy, 1779-1976*. New York: William Morrow and Company, Inc. 1975: 98.

⁸⁷ McCORMICK, Thomas J. **America's half-century**: United States foreign policy in the Cold War and after. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 104.

na esfera comunista, tornava impossível para a URSS ignorar um ataque direto sobre a China Continental. (...) a estratégia de MacArthur na opinião do general Omar Bradley, presidente da *Joint Chiefs of Staff*, poderia envolver os Estados Unidos em uma guerra errada, no lugar errado, no tempo errado e com o inimigo errado.

(SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 79).

Portanto:

(...), a *Joint Chiefs of Staff* rejeitou as propostas de MacArthur porque elas eram julgadas militarmente ineficientes. Todos os suprimentos essenciais para a China vieram da URSS. Os Estados Unidos decidiram concentrar seu poder aéreo nas 200 milhas do *supply line* na Coreia do Norte para interditar o sistema logístico chinês. O emprego das tropas nacionalistas do Guomindang foi rejeitado porque elas já haviam demonstrado sua ineficácia na China.

(SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 79).

A controvérsia entre Truman e MacArthur resultou na demissão do General, o que teve como consequência política o surgimento de vários antagonismos entre os principais grupos políticos, entre o controle civil e a prerrogativa militar, e entre a continuidade da política de *rollback* e a adoção da política de contenção. A atmosfera política criada apontava diretamente para o conflito entre o globalismo dominante da política externa americana e a divergência regionalista dos Estados periféricos.

Temendo um conflito direto com a URSS e com medo de que uma guerra naquele momento deixasse a Europa preocupada com a sua segurança, o Presidente acabou aceitando a política de contenção militar. Entretanto, isso não significou que a escolha tenha sido totalmente popular e a frustração pública com esta limitação da guerra teve como custo político a derrota eleitoral do partido democrata nas eleições de 1952.

Para McCormick, a decisão mais importante da administração Truman acerca da guerra da Coreia foi o prolongamento do conflito. Em 23 de junho de 1951, um ano depois do início da guerra, os soviéticos propuseram um armistício ao longo do *front* de batalha. Somente dois anos depois o governo americano considerou aquela área como sendo uma zona desmilitarizada. O reflexo mais importante da proposta soviética foi a diminuição das

demandas sino-coreanas: por “evacuação das tropas americanas da Coréia e pelo reconhecimento das Nações Unidas da RPC como sendo a única e legítima representante da China”⁸⁸.

O reflexo do pós-guerra na administração Eisenhower foi o lançamento da estratégia de dissuasão - chamada *New Look* - cuja ênfase tática foi o armamento nuclear. A ênfase política da nova estratégia foi a repressão aos movimentos revolucionários nos Estados periféricos. Os principais objetivos do governo Eisenhower foram: a intimidação da URSS; a reafirmação da proteção americana para a Europa e Japão; e ajudar militarmente e economicamente os Estados ameaçados de revolução.

Portanto, embalada pela revolução chinesa, a Guerra da Coréia marcou profundamente o período inicial da Guerra Fria – momento de intensa luta pelo poder – não somente porque a perda de qualquer área de influência poderia vir a significar a vitória de um bloco sobre o outro, mas também porque ela teve um papel fundamental na consolidação do comunismo na China continental.

⁸⁸ McCORMICK, Thomas J. **America's half-century**: United States foreign policy in the Cold War and after. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 104.

3. O BRILHO DE UMA ESTRELA VERMELHA: A CONSOLIDAÇÃO DO COMUNISMO NA CHINA

O problema do socialismo não é somente um problema econômico. Dito de forma diferente, o socialismo não procura somente resolver a questão de saber se é possível e até que ponto realizar uma distribuição equitativa e economicamente produtiva de riquezas. Ele implica ainda um problema de administração, um problema de democracia, tanto no sentido técnico e administrativo como no sentido psicológico.

(MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982: 231).

Este capítulo buscará apresentar quais foram os principais fatores que provocaram o *aggiornamento* da política externa dos Estados Unidos para o Extremo Oriente, depois da Revolução Chinesa de 1949. Os acontecimentos ocorridos a partir da vitória do PCC na China, influenciaram de forma decisiva os *policy makers* americanos na formulação de sua política externa.

O período mais crítico, dessa época, pode ser considerado, sem sombra de dúvida, aquele que compreende a Guerra da Coreia. Foi nesse período, que as tropas da RPC enfrentaram diretamente as tropas americanas, que atuaram no conflito sob a bandeira da ONU. A intensa luta no território coreano marcou profundamente a disputa pelo poder e pelo domínio das áreas de influência.

De acordo com Dulles, “a situação no leste da Ásia mudou dramaticamente da noite para o dia, quando a Coreia do Norte atacou, em 25 de junho de 1950, a Coreia do Sul”⁸⁹. Por esta razão, a agressão comunista na Coreia não foi considerada como sendo apenas um caso de subversão. Para o autor, a ação comunista representou “um desafio de guerra, universalmente aceito nos Estados Unidos como uma estratégia de Moscou em apoio ao comunismo internacional”⁹⁰.

⁸⁹ DULLES, Foster R. **American foreign policy toward communist China, 1949-1969**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1972: 91.

⁹⁰ *Idem*; 1972: 91.

A Guerra da Coréia desempenhou um papel fundamental para a consolidação do comunismo na China. Foi a partir da atuação americana no conflito que o governo chinês tomou a decisão de enfrentar o antigo protetor. Segundo Spanier, “o governo americano acreditou que ele estava politicamente seguro para cruzar o paralelo 38 e unificar a Coréia”⁹¹.

Os *policy makers* americanos não imaginaram que os líderes do PCC pudessem encarar a movimentação das tropas das Nações Unidas como sendo uma ameaça para sua segurança. Eles acreditaram que o envolvimento de Mao no conflito com a URSS, acerca da separação do nordeste da China, da Manchúria e Sinkiang, cegasse o governo comunista para outras questões.

A esse respeito, Achenson declarou que:

(...) eu dei crédito ao povo de Beijing por serem inteligentes o suficiente para saber o que está acontecendo com eles. Porque eles iriam querer promover seu próprio desmembramento e destruição misturando seus interesses com os das nações livres do mundo, as quais são, inerentemente, suas amigas e têm sido aliadas dos chineses contra esse imperialismo que vinha da URSS (...).

(**Department of State Bulletin**. *Crisis in Asia – an examination of United States policy*. January 23, 1950:115).

De acordo com Achenson, em tese, não havia motivos concretos para que os Estados Unidos temessem uma intervenção chinesa no caso da Coréia. Desse modo, o recente objetivo de uma Coréia militarmente unida foi sancionado por uma resolução das Nações Unidas em 7 de outubro de 1950.

Entretanto, a estratégia americana foi mal calculada pelos *policy makers*. Pois, os chineses traduziram a movimentação americana, em suas fronteiras, como uma perigosa ameaça. Assim, Beijing enviou suas tropas para a Coréia do Norte, e lançou, no final de novembro, uma grande ofensiva que resultou no recuo das tropas das Nações Unidas do paralelo 38.

Durante o final de 1950 e início de 1951 as Nações Unidas não tinham certeza de que controlariam a península coreana. Mesmo assim, elas reorganizaram suas tropas e

⁹¹ SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press,

responderam às ofensivas chinesas. Segundo Spanier, “a partir de março, as tropas americanas avançaram no paralelo 38, o que deixou a administração Truman diante de uma importante decisão: procurar unificar militarmente a Coreia ou aceitar uma Coreia dividida”⁹².

Desse modo, este capítulo se divide em três seções que abordarão de forma objetiva os principais aspectos desse período. A primeira seção trata da disputa entre a URSS e os Estados Unidos pelo domínio da China, tida, para ambos os Estados, como uma importante área de influência. A segunda discorre sobre os motivos que levaram a China a inclinar-se para o lado soviético.

E a última, versa sobre a transformação da relação amistosa entre os Estados Unidos e a China em uma relação de ódio.

3.1. CHINA: UMA ÀREA ESTRATÉGICA EM DISPUTA

Desde antes da virada do século XIX para o século XX que os norte-americanos têm olhado para a China como sendo seu tutelado especial. O interesse inicial na China não foi político, mas, comercial – a China representava um grande mercado, em potencial, para os produtos americanos. Porém, além do interesse comercial, a política americana para a China, também contou com um forte elemento missionário - um genuíno interesse cristão no bem estar e na salvação do povo chinês. De fato os Estados Unidos se consideraram, por um longo período, como sendo o grande protetor da China contra a invasão e exploração estrangeira. Durante o ano de 1899, através do *open door policy* – cujo principal objetivo foi impedir que a Grã-Bretanha, a França, a Rússia, a Alemanha e o Japão fechassem a China para o comércio americano, obtendo assim igualdade de oportunidade no mercado chinês – os Estados Unidos tornaram-se politicamente comprometidos com a preservação da integridade territorial e com a independência política da China. (SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 80).

1991: 77-78.

⁹² SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 78.

Segundo Fairbank, assim como o programa soviético dos anos 1920 ⁹³ levou ao estabelecimento do regime nacionalista do Guomindang ao poder, o programa de ajuda americana para a China levou ao colapso do regime nacionalista no final de 1949. O fracasso americano foi a principal expressão de uma política anacrônica. O governo americano depositou suas esperanças no governo - como representante dos ideais americanos - de Nanjing. As gerações que viram de perto o nascimento do poder comunista viram a pouca influência que os missionários americanos exerceram sobre povo chinês ⁹⁴.

Para o autor, esses fatores tiveram um forte impacto na formulação da política externa americana para a Ásia. Os diplomatas americanos e os oficiais militares, como o General Stilwell, que estavam na China durante a Revolução viram a admirável determinação e força do movimento comunista chinês. O eleitorado chinês nos Estados Unidos, comandados pelo Henry Luce, “filho de um missionário americano na China” ⁹⁵, dono das publicações *Time* e *Life*, conservava suas lembranças do dia em que o estabelecimento do governo nacionalista em Nanjing parecia ser a última palavra no progresso chinês.

a) A miopia americana

De acordo com Fairbank, com o fim da união do *front* em 1941, “os observadores americanos puderam ver o grande abismo existente entre os dirigentes do Guomindang e os ditadores do PCC” ⁹⁶. A política do Departamento de Estado americano, não passou de uma gota de água no oceano se comparada com as realizações efetuadas por Stilwell ⁹⁷ a saber: o acordo com Jiang Jieshi, tido como um cliente difícil de negociar; o esforço geral

⁹³ O programa de ajuda soviético, ao invés de conduzir a China ao comunismo, levou ao massacre de Xangai e ao estabelecimento, em torno do generalíssimo Jiang Jieshi, do regime nacionalista do Guomindang em Nanjing. REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 55.

⁹⁴ FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 327.

⁹⁵ CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano3, nº. 13, maio/1967: 28.

⁹⁶ FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 328.

⁹⁷ *Idem*; 1992: 328.

de guerra americano; a logística de transporte, realizada de forma eficiente; e o treinamento e abastecimento das tropas chinesas.

Washington não sabia o suficiente sobre a área comunista do norte da China, Por esse motivo, eles estavam diplomaticamente compelidos a apoiar o regime nacionalista. Entretanto, os observadores políticos, que estavam na embaixada americana na China, previram uma guerra civil chinesa no pós Segunda Guerra Mundial e alertaram para o perigo da influência soviética naquela região ⁹⁸.

Na visão do autor, o alcance do entendimento de Mao acerca do marxismo ou da criação de um comunismo nacional não era apreciado pelos demais Estados, em função do desconhecimento da superficialidade das relações entre Mao e Stalin. Por esse motivo, os *policy makers* americanos formularam uma política externa que não se chocasse diretamente com a guerra civil chinesa. A estratégia pensada foi a de uma coalizão governamental, ou seja, uma combinação das forças armadas com a representação das partes beligerantes em uma assembléia nacional. A coalizão governamental foi adotada ostensivamente durante a Segunda Guerra Mundial, mas concomitantemente as partes preparavam-se para um possível combate entre si no pós-guerra.

b) A ameaça chinesa

De acordo com Fairbank, “um século de envolvimento (...) americano com a China e a traumática perda dela para o comunismo no final dos anos 1940” ⁹⁹, fizeram com que durante a Guerra Fria o apoio americano à República da China contra a RPC se transformasse em um dos seus principais temas. Apesar de ter abandonado “a presidência da China em janeiro de 1949, Jiang Jieshi recuara para Taiwan, onde o Guomindang estabilizara seu poder” ¹⁰⁰. A República Nacionalista da China “ficou com o assento permanente da China no Conselho de Segurança da ONU até 1971, e foi reconhecida pela

⁹⁸ FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 328.

⁹⁹ *Idem*; 1992: 340.

¹⁰⁰ SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995: 499.

maioria dos membros das Nações Unidas como sendo a única China legítima”¹⁰¹. Portanto, o respaldo americano foi fundamental para o desenvolvimento de Taiwan. De acordo com o autor, a Guerra da Coreia levou a Marinha dos Estados Unidos a policiar o estreito de Taiwan com o objetivo de prevenir sua invasão por parte da RPC.

Segundo Spence:

O estabelecimento de um governo nacional efetivo para a China era a prioridade máxima de Mao. O êxito disso sustentaria a asserção dos comunistas de que representavam as forças de uma nova ordem e provariam que o PCC tinha realizado a reintegração da enorme nação que não fora conseguida por Sun Yat-sen, Yuan Shikai e Jiang Jieshi, sem falar dos japoneses e seus fantoches. O novo governo dividia nominalmente o poder entre três componentes centrais: o Partido Comunista, a estrutura governamental formal e o exército. Essa forma de organização surgiu logicamente da experiência em Yenan e dos experimentos do período da guerra civil. (SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995: 493).

Para Hobsbawm, o período de 1947 a 1951, representou o momento de maior tensão entre os Estados Unidos e a China¹⁰². Segundo o autor, “esse foi o período em que o medo americano de uma desintegração social ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia acontecesse (...) – afinal, em 1949 os comunistas assumiram o poder na China”¹⁰³. Apesar dos Estados Unidos possuírem o monopólio das armas nucleares e da multiplicação de declarações anticomunistas, esse medo não se dissipou. Ademais, “de 1949 em diante a China esteve sob um governo que não apenas mergulhou imediatamente numa grande guerra na Coreia, como – ao contrário de todos os outros governos – se dispunha de fato a enfrentar um holocausto nuclear e sobreviver”¹⁰⁴.

Abalados pelo fortalecimento da URSS pela quebra do monopólio nuclear e “pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas)

¹⁰¹ FAIRBANK, John K. **China**: a new history. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 340.

¹⁰² Segundo o autor, o aumento da tensão entre os Estados Unidos e a China foi provocado pela declaração oficial da Doutrina Truman em março de 1947, cujo objetivo era dar apoio aos povos livres na luta contra minorias armadas e pressões externas, e pela demissão do general Douglas MacArthur em abril de 1951. HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001: 226.

¹⁰³ *Idem*; 2001: 226.

¹⁰⁴ *Ibidem*; 2001: 227.

intervieram na Coréia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul”¹⁰⁵. A intervenção na Coréia resultou em um empate.

3.2. URSS: A OPÇÃO CHINESA.

Tendo no início de 1949, proclamado sua política de “pender para um lado” contra “o imperialismo capitalista”, Mao Zedong passou, em Moscou, nove semanas em difíceis negociações (dezembro de 1949 a fevereiro de 1950). Finalmente, ele assinou um tratado de aliança de trinta anos com a URSS contra uma possível agressão por parte do Japão ou de qualquer outro Estado (se referindo aos Estados Unidos) a ele aliado. Daí em diante, a URSS passou a fornecer proteção (velada) para que os chineses comunistas pudessem se dedicar à sua revolução doméstica, a se livrarem dos últimos vestígios dos direitos e privilégios imperialistas, e para reafirmarem seu controle sobre as áreas de fronteiras.

(FAIRBANK, John K. **The United States and China**. 4thed. enl._ Cambridge, Mass: Harvard University Press, c1983: 386).

a) A influência da Revolução Bolchevique

Segundo Reis Filho, em meados de 1919, a Rússia revolucionária renunciou oficialmente aos privilégios e vantagens adquiridos pelo império czarista no território chinês. É importante ressaltar que o Estado soviético não possuía meios efetivos de exercer tais privilégios e que a renúncia não contemplou a devolução dos territórios conquistados a leste do rio Ussuri e ao norte do rio Amur, a partir de 1860.

Para o autor, “a decisão soviética causara impressão entre os jovens do ‘4 de Maio’”¹⁰⁶ - em 4 de Maio de 1919, os chineses que estudavam em Paris denunciaram e exigiram a não assinatura do tratado que transferia Shandong, área de influência alemã, para o Japão. A decisão bolchevique de não pagar as dívidas internacionais, contraídas pelo império czarista, “foi interpretada como um ‘exemplo’ para os chineses, obrigados a sustentar o

¹⁰⁵ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001: 234.

¹⁰⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 97.

fardo das pesadas ‘indenizações’ e dos altos juros dos “financiamentos” impostos pelas potências estrangeiras”¹⁰⁷.

Segundo Reis Filho, inúmeros grupos se formaram na China para estudar a teoria que conduziu os bolcheviques à vitória. Neste contexto, duas vertentes se destacaram na maneira de entender os problemas chineses e principalmente na forma de interpretar as contribuições do marxismo. A corrente liderada por Chen Du-xiu, advogava que a China deveria adotar a cultura ocidental, considerada mais dinâmica, em detrimento de sua cultura milenar, tida como tradicional e atrasada. A liderada por Li Da-zhao, identificava o marxismo como uma teoria revolucionária a serviço da afirmação nacional e que a condição para o crescimento nacional estava relacionada com a destruição da opressão estrangeira.

A III Internacional Comunista (IC), fundada em março de 1919, cujo objetivo era administrar e coordenar o movimento comunista mundial tinha a Rússia como sua representante. Para Reis Filho, foi sob égide da IC que se efetuou em julho de 1921, a fundação do PCC¹⁰⁸.

De acordo com o autor, num primeiro momento (1921-1923) a IC teve grandes dificuldades em fazer com que o PCC cumprisse a determinação de seu II Congresso, que apontava para a necessidade de se construir uma Frente Única, incluindo a burguesia, para um combate efetivo à opressão e dominação das potências imperialistas. O autor ressalta que “os comunistas chineses pareciam estar fascinados pela experiência soviética e decididos a repetir em Xangai o ‘modelo Petrogrado’ de revolução social”¹⁰⁹.

Deste modo, os dirigentes da IC na China começaram a “estimular a Frente Única em contatos diretos com representantes políticos da burguesia”¹¹⁰. Assim sendo, as negociações entre Maring e Joffe, representantes da IC, e Sun Yat-sen, líder do Guomindang, resultaram na declaração Sun-Joffe¹¹¹, que celebrou a aliança entre o proletariado e a burguesia.

¹⁰⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 97-98.

¹⁰⁸ *Idem*; 1982: 98-99.

¹⁰⁹ *Ibidem*; 1982: 99.

¹¹⁰ *Ibidem*; 1982: 99.

¹¹¹ Em janeiro de 1923, Sun Yat-sen e pelo soviético A. Joffe, afirmava que a China não estava preparada para o comunismo e que deste modo os principais objetivos a serem perseguidos eram a reunificação e a independência nacional. *Ibidem*; 1982: 52.

A partir de 1924, a URSS iniciou uma política que atuava em duas frentes. Ao mesmo tempo em que aprofundava suas relações com o PCC, por intermédio da IC, também, realizava tratados com o norte da China, sempre que conveniente ou que atendessem seus interesses. O fracasso do PCC em aplicar diversas insurreições recaiu sobre Li Li-san, que foi acusado de não aplicar corretamente as orientações da IC.

Deste modo, Li Li-san foi substituído por representantes do PCC formados em Moscou. Segundo Reis Filho, esses representantes “serão reconhecidos no movimento comunista como os ‘28 bolcheviques’, pelo fascínio que sentem pelo ‘modelo Petrogrado’ e por suas ligações com a IC”¹¹². Assim, “inspirados pelas teses do ‘terceiro período’, os ‘28 bolcheviques’ ainda tentam manter o centro de gravitação do movimento popular nas cidades”¹¹³. Entretanto, as condições precárias de sobrevivência levaram os dirigentes do PCC para as bases vermelhas – principalmente para Jiangxi - único lugar seguro para os comunistas. De acordo com o autor, “entre 1931 e 1934 travava-se a luta entre os ‘28 bolcheviques’, partidários incondicionais da IC, e a nova linha que surge nas bases vermelhas”¹¹⁴.

As orientações da IC eram consideradas contrárias a linha formulada por Mao Zedong. Ademais, os representantes ortodoxos da IC, formados em Moscou, não toleravam as alianças que Mao estabelecia com pessoas ou grupos repugnados pela IC. Por isso, Mao Zedong foi acusado de insubordinação e suas estratégias rejeitadas pela IC. Segundo Reis Filho, os “28 bolcheviques”, apoiados pela IC, declararam guerra aos desvios o que afastou Mao de todas as funções de direção da República Soviética de Jiangxi¹¹⁵. Em outubro de 1934, a República Soviética de Jiangxi foi derrotada o que marcou o início da Longa Marcha e assinalou o começo do fim da tutela da IC.

¹¹² REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 101.

¹¹³ *Idem*; 1982: 101.

¹¹⁴ *Ibidem*; 1982: 101-102.

¹¹⁵ *Ibidem*; 1982: 102.

b) Tomando as rédeas

Segundo Reis Filho, foi na Conferência de Zunyi, realizada em janeiro de 1935, que Mao e seus camaradas assumiram a direção do PCC, provocando assim a ruptura no relacionamento do partido com a IC. Até aquele momento, os líderes do PCC nunca haviam escolhido antes seus dirigentes ou mudado de linha sem a indicação ou autorização expressa dos líderes da IC.

O término da Longa Marcha teve como principal reflexo o adiamento da deflagração da crise entre os comunistas chineses e a IC. O VII congresso da IC, em 1935, definiu a Frente Única como contraponto ao nazifascismo. Os comunistas chineses traduziram tais determinações a favor da luta contra o imperialismo japonês.

A interpretação chinesa das determinações da Frente Única levou a URSS e a IC a desempenharem o papel de mediadoras entre o PCC e o Guomindang. Porém, os líderes do PCC optaram por manter sua total independência política da Frente Única e se limitaram apenas em dar concessões formais ao governo soviético.

Segundo o autor, “durante a guerra antijaponesa – 1937-1945 – a situação é de ‘tensa cordialidade’”¹¹⁶. Desse modo, a política desenvolvida pela URSS atuava em três frentes, a saber: a primeira frente privilegiou os contatos da IC com o PCC; a segunda, foi caracterizada pelo relacionamento diplomático com Jiang Jieshi; e a última, fomentava as negociações com os senhores de guerra do norte e noroeste da China.

Foi no decorrer do conflito com o Japão, “que os comunistas chineses afirmaram um perfil político próprio: Yenan é o exemplo mais claro desse processo”¹¹⁷. A consolidação do “caminho chinês”¹¹⁸ rumo à tomada do poder em 1949, em larga medida, só foi possível por causa das imensas dificuldades geradas para a URSS no decorrer da Segunda Guerra Mundial e pela desintegração da IC em 1943, o que limitou drasticamente a capacidade de intervenção soviética na China.

¹¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 103.

¹¹⁷ *Idem*; 1982: 104.

¹¹⁸ *Ibidem*; 1982: 104.

c) A URSS em cima do muro

A URSS não acreditava que o movimento comunista chinês pudesse realmente obter êxito. Por esta razão, antes mesmo da capitulação japonesa, o governo soviético assinou um tratado - contrariando expressamente os interesses dos comunistas chineses - com o governo de Chongqing. Esse tratado garantiu à Mongólia sua independência e deu ao governo soviético o direito de controlar as ferrovias, no norte e nordeste, e os portos de Dairen e Arthur. Ademais, “as forças de ocupação soviéticas na Manchúria remetem para a URSS equipamentos industriais chineses no valor de 2 bilhões de dólares”¹¹⁹. Portanto, o posicionamento soviético demonstrou claramente que o movimento comunista chinês não gozava de prestígios junto a URSS.

Para Reis Filho, a política da URSS no decorrer da guerra civil chinesa se mostrou indefinida. Apesar de estar ligada ideologicamente ao PCC, a URSS não se absteve de manter contatos com o Guomindang. Segundo o autor, “é bastante sintomático que a URSS só tenha reconhecido diplomaticamente a RPC vinte dias depois de sua proclamação”¹²⁰.

Na visão do autor, “A URSS tinha suas razões: em maio de 1945, o VII Congresso do PCC colocara o pensamento de Mao Zedong no mesmo nível do de Marx, Engels, Lênin e Stalin”¹²¹. Desse modo, o pensamento de Mao despontou como um exemplo a ser seguido por todo o mundo dominado e explorado pelas potências imperialistas. Com isso, as bases para um possível conflito sino-soviético foram lançadas.

d) China e URSS: uma questão de reconhecimento

No ensaio intitulado “Sobre a ditadura democrática popular”¹²², de 1949, Mao Zedong anunciou quais seriam as idéias que iriam orientar o governo do novo Estado

¹¹⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 104.

¹²⁰ *Idem*; 1982: 105.

¹²¹ *Ibidem*; 1982: 105.

¹²² SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995: 489.

chinês. Para Mao, a análise da recente revolução podia ser dividida em duas categorias. A primeira, destacava a importância da mobilização das massas na construção de uma frente popular unida sob a liderança do proletariado. A segunda categoria englobava os aspectos internacionais da revolução, com ênfase especial para a importante aliança sino-soviética. Segundo Spence, a repercussão mundial que a revolução tomou ensinou para o povo chinês “que eles deviam ‘inclinarse para um lado ou outro’ em seus compromissos – ou para o socialismo, ou para o imperialismo. Os triunfos da revolução se deviam à liderança do PCC, que, dizia Mao, ‘não é mais uma criança ou um adolescente, mas se tornou um adulto’”¹²³.

Dessa forma, Mao desenvolveu suas principais intenções. Ele acreditava que o país precisava de ajuda internacional para se desenvolver. Por isso, a RPC estabeleceria relações apenas com os Estados que respeitassem sua integridade territorial e sua igualdade internacional. Par ele, o governo comunista deveria ser implacável com os “lacaio do imperialismo”¹²⁴, e complacente com o restante do povo chinês.

De acordo com Spence, o que tornaria as mudanças, anunciadas por Mao, tangíveis, foi delineado no Programa Comum para a China, de setembro de 1949. Segundo ele, “o programa delineava então um plano ambicioso de reforma agrária através da redução de arrendamentos e redistribuição de terras, e para o desenvolvimento da indústria pesada”¹²⁵. Nesse sentido, a URSS foi tomada como ponto de referência. Para que tais objetivos pudessem ser alcançados, o Programa Comum exigiu um sistema educacional eficiente.

As primeiras medidas tomadas pelo governo da RPC visaram combater efetivamente a inflação, recuperar as indústrias pesadas desmanteladas, impulsionar a produção agrícola, garantir a aplicação da lei e a manutenção da ordem social. Para que a mentalidade do povo chinês pudesse ser remodelada de acordo com a nova ideologia do governo, o PCC deveria aumentar significativamente o número de quadros treinados a sua disposição. Assim, “a prioridade inicial era persuadir as elites técnicas e administrativas a servir ao novo Estado, independentemente de suas crenças e filiações partidárias”¹²⁶.

¹²³ SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995: 489.

¹²⁴ *Idem*; 1995: 489.

¹²⁵ *Ibidem*; 1995: 490.

¹²⁶ *Ibidem*; 1995: 490.

Desse modo, “apesar da retórica antiimperialista, o pessoal técnico estrangeiro e as grandes empresas internacionais, já instaladas na China, foram estimulados a ficar e trabalhar para a nova sociedade”¹²⁷.

De acordo com Spence, Mao Zedong cumpriu sua declaração sobre “pender para um lado”¹²⁸ ainda com as tropas do Guomindang na China. Ele chegou a Moscou no dia 16 de dezembro de 1949, foi a primeira incursão do líder chinês fora de suas fronteiras. Mao “não conhecia os países que tanto tinham influenciado os chineses”¹²⁹. A criação da RPC exigiu que Mao entrasse no mundo da diplomacia internacional, principalmente, pelo grande número de países que reconheceram o novo Estado chinês.

No que se refere à recuperação da planta industrial chinesa, “o exemplo e o *expertise* soviético foi, a princípio, o grande inspirador para os chineses comunistas”¹³⁰. Com isso, “milhares de estagiários chineses foram para a URSS, e (...) dez mil técnicos russos ajudaram a construir ou renovar - via 211 projetos, antigos e novos, que encabeçaram o programa industrial soviético na época de sua revolução - a planta chinesa”¹³¹. A partir de 1950, a URSS iniciou um programa de ajuda econômica para a China. Em seus primeiros cinco anos, ela emprestou \$ 60 milhões de dólares por ano ao governo chinês¹³², a serem pagos com exportações de matéria-prima.

Desse modo, o padrão de comércio exterior da China, anterior à guerra, deixou de fluir para o Ocidente e Japão, e passou a fluir para o bloco soviético. Além da ajuda econômica, a China recebeu, também, uma importante ajuda tecnológica, bens de capital e equipamentos bélicos, o que contribuiu fortemente para o aumento de sua dívida com a URSS.

Muito embora “as limitações do exemplo soviético não eram, a princípio, aparentes para Beijing, a capacidade chinesa de seguir o modelo industrial stalinista foi inibida por certas condições específicas”¹³³ a saber: a China possuía grandes quantidades de reservas minerais, como carvão e ferro, e um enorme potencial petrolífero ainda não explorado.

¹²⁷ SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995: 490.

¹²⁸ *Idem*; 1995: 498.

¹²⁹ *Ibidem*;, 1995: 498.

¹³⁰ FAIRBANK, John K. **China**: a new history. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 389.

¹³¹ *Idem*; 1992: 389.

¹³² *Ibidem*; 1992: 389.

¹³³ *Ibidem*; 1992: 389.

Contudo, a exploração destes recursos iria exigir um alto grau de investimentos em transporte.

Como demonstrou Alexander Eckstein:

O nível de desenvolvimento industrial da China no início dos anos 50, era atualmente mais próximo do nível da Rússia de 1900 do que da União Soviética de 1928, quando os planos de 5 anos iniciaram a industrialização soviética. A Rússia, em 1900, já contava com uma alta produção, *per capita*, de minério de ferro, aço, mercadorias de algodão e possuía mais ferroviárias por metro quadrado do que a China em 1952. (...)A Rússia, daquela época, teve uma rede ferroviária muito mais extensa e sua produção de carvão, ferro, aço, energia, produtos têxteis, em termos *per capita*, foi muito mais longe do que a China em 1952. A Rússia teve também um sistema educacional mais amplo e formou, em comparação, mais mão de obra técnica e profissional do que a China. O modelo soviético de industrialização, que ressaltava a indústria pesada e o gasto no campo não era, realmente, conveniente para a situação chinesa. O PCC a princípio estava determinado a superar o modelo soviético. (ECKSTEIN, Alexander *apud* FAIRBANK, John K. **The United States and China**. 4thed. enl._ Cambridge, Mass: Harvard University Press, c1983: 389-390).

A superabundância populacional - estimada pelo senso de 1953 em 583 milhões e com crescimento anual entre 12 e 14 milhões ¹³⁴ -, aliada à falta de novas terras cultiváveis, o que representava uma ameaça para o governo chinês, levou a população chinesa a questionar o papel desempenhado pela China como mera fornecedora de gêneros alimentícios para a URSS.

Para Fairbank, apesar do Estado chinês, centralizado, ter acumulado uma superestrutura de indústria pesada e força militar, não significou que a vulnerabilidade de uma calamidade, como a escassez de alimentos, fosse descartada. Mao e seus camaradas não estavam dispostos a terem seus interesses, acerca do recebimento de recursos materiais ¹³⁵, limitados pelo governo soviético. Conseqüentemente, a afirmação de suas expectativas combinada com o sucesso do PCC em consolidar seu poder e mobilizar os recursos humanos do país foi o palco de um dos maiores esforços nacionais no final dos anos de 1950.

¹³⁴ FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 390.

¹³⁵ Armamentos, bens de capital e ajuda tecnológica.

3.3. O FIM DO SONHO AMERICANO

O colapso da China nacionalista e a Guerra da Coréia mudaram a política externa americana do anti-sovietismo para o anticomunismo. Esses dois eventos tolheram a flexibilidade da política americana e redirecionaram Washington para mais uma campanha de política intervencionista. Foi a “perda da China” que iniciou essa mudança.

(SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 80).

No entendimento de Fairbank “nosso pior desastre, contudo, veio do grande abismo entre o sentimento público americano e os chineses – nos anos do pós-guerra quando a inépcia e a corrupção estavam desacreditando, profundamente, o Guomindang na China”¹³⁶, por isso, “tinha-mos intensa preocupação sobre os métodos e o expansionismo soviéticos, particularmente sobre a duplicidade e a desumanidade do movimento comunista”¹³⁷. Nesse sentido, “as contínuas divergências entre a China e os Estados Unidos”¹³⁸ fizeram do comunismo a única saída plausível para os chineses. Para os Estados Unidos o comunismo mostrou-se como um inimigo mortal a ser combatido.

Com a vitória do PCC, o pensamento comunista chinês desencadeou uma atitude revolucionária mundo a fora. Desse modo, esse pensamento se fixou de forma universalista contra o imperialismo americano, tido pelo governo chinês como um inimigo da liberdade. Segundo esse pensamento, a China se tornou um exemplo a ser seguido por todos os povos coloniais e semicoloniais.

Durante os anos de 1950, Beijing, fez uso de mecanismos de coerção e de persuasão em sua política externa como forma de atuação efetiva no cenário internacional. Segundo o autor, “como nós temos notado, isso precipitou a ação americana por de trás das Nações Unidas na defesa da Coréia do Sul e a retomada do apoio naval militar americano ao governo nacionalista em Taiwan”¹³⁹. O período de 1950 a 1954, foi inaugurado pelo apoio da URSS à Coréia do Norte na invasão da Coréia do Sul em junho de 1950, o que

¹³⁶ FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 348-349.

¹³⁷ *Idem*; 1992: 349.

¹³⁸ *Ibidem*; 1992: 349.

¹³⁹ *Ibidem*; 1992: 405.

acentuou a tensão nas relações entre o bloco comunista e o bloco capitalista. Após dois anos de intensas negociações foi assinado, em julho de 1953, o armistício coreano.

Após a intervenção chinesa na Coreia e no Tibet, o PCC apoiou militarmente o Viet Minh na Indochina. Somente depois do malogro da França em Dien Bien Phu e da retirada de suas tropas da Indochina é que foram acordados - com a importante atuação da China como grande potência - em julho de 1954, na cidade de Genebra, os acordos de paz.

Segundo Fairbank, “essa expansão da influência de Beijing, entretanto, foi paralela a uma expansão dos interesses americanos”¹⁴⁰. Nesse sentido, tanto a China como os Estados Unidos, procuraram garantir sua segurança através de ações militares.

De acordo com Spanier, o combate americano ao comunismo intensificou profundamente seu desentendimento com a China. Quando Beijing percebeu, em 1950, que:

(...) os Estados Unidos não somente não iria reconhecê-la, como também iria continuar com sua intervenção na guerra civil chinesa, protegendo o regime rival do Guomindang; que os Estados Unidos aprofundariam sua aliança com o Japão, que era um inimigo histórico da China; e que as tropas americanas marchavam em direção às suas fronteiras com a Coreia do Norte, apesar dos constantes avisos para não fazê-lo. Temendo que as forças americanas cruzassem suas fronteiras (...).

(SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 84).

O governo do PCC encarou a presença americana como sendo uma ameaça a sua segurança, e assim, deflagrou sua intervenção na Coreia. Do ponto de vista de Washington, o governo chinês não tinha motivos para se sentir ameaçado, uma vez que o governo americano havia garantido a Beijing a inviolabilidade de suas fronteiras.

Após um século e meio de relacionamentos, os Estados Unidos tinham motivos para crer que possuíam alguma influência sobre a China. Porém, a sangrenta batalha no biênio de 1950-1951 mostrou ao governo americano que 150 anos de relacionamentos não foram suficientes para assegurar a existência de tal influência e tornou as relações sino-americanas extremamente amargas.

¹⁴⁰ FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 405.

A idéia de que os Estados Unidos tenha sido o grande protetor da China, após 1949, mostrou-se na verdade uma grande ilusão. De acordo com o autor, a traição chinesa da amizade americana deixou uma sensação de frustração e um profundo sentimento de raiva no povo americano. A China que outrora fora chamada de amiga, se mostrou posteriormente contrária aos ideais americanos, e passou a ser chamada de “Red China”¹⁴¹.

Para Spanier, “podemos somente especular sobre quais teriam sido os resultados dos eventos durante a guerra da Coréia, se os Estados Unidos tivessem uma representação diplomática em Beijing, bem como reconhecido o novo governo Chinês”¹⁴². Nesse sentido, “os diplomatas talvez tivessem alertado Washington, do temor chinês, acerca do avanço americano na Coréia do Norte e que as advertências chinesas para parar tal avanço, poderiam tornar-se ofensivas militares”¹⁴³.

Grosso modo, o governo americano pagou um alto preço por seu fracasso na participação dos eventos ocorridos no período de 1949 a 1953, e por ter realizado uma campanha ineficiente que colaborou para o colapso da China nacionalista. Entretanto, Spanier considera que talvez a maior loucura americana tenha sido a utilização de sua política como instrumento de contenção do comunismo. Além disso, o governo americano não considerou a possibilidade de que Mao viesse a tirar suas forças do próprio PCC, ao invés da URSS. Apesar das advertências do diplomata americano John Paton Davis, Washington não considerou a possibilidade de que a China comunista pudesse ser utilizada para conter a expansão do poder soviético. Em vez disso, por mais de vinte anos o governo americano sentiu-se obrigado a combater não somente a URSS como também a RPC.

¹⁴¹ SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 84.

¹⁴² *Idem*; 1991: 84.

¹⁴³ *Ibidem*; 1991: 84-85.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa procurou demonstrar até que ponto a China maoísta influenciou os Estados Unidos na definição de seus interesses em relação a sua política externa para o Extremo Oriente durante os anos de 1950. O recorte temporal da pesquisa coincidiu com a Revolução Comunista chinesa e com a Guerra da Coreia. Desse modo, o período pesquisado tem início em 1949, com a vitória do PCC, e termina em 1953, com o fim do conflito coreano.

O primeiro capítulo apresentou um levantamento histórico acerca dos principais acordos e tratados celebrados entre os Estados Unidos e os Estados Orientais. O capítulo teve como ponto de partida o ano de 1833. Desse modo, apresentou de forma sucinta pouco mais de um século de relações sino-americanas.

O segundo capítulo tratou da Guerra da Coreia e da consolidação do comunismo na China. Foi a partir da atuação americana no conflito coreano que o governo chinês tomou a decisão de enfrentar o antigo protetor. A intensa luta pelo poder na Coreia marcou profundamente a disputa pelo domínio das áreas de influência asiáticas.

O último capítulo fez um levantamento dos principais fatores que levaram ao fracasso da política externa americana na Ásia. E apresentou a transformação do sentimento americano de perda da China em um sentimento de ódio. Nesse sentido, a vitória do PCC mostrou amargamente para os Estados Unidos que as décadas de estreito relacionamento com o partido do Guomindang não foram suficientes para garantir a organização do poder político no país.

Assim, os motivos que levaram os *policy makers* americanos a mudarem o paradigma de sua política externa para o Extremo Oriente foram: o colapso do regime nacionalista do Guomindang em 1949; o alinhamento da China a URSS; e o medo de que o exemplo chinês se estendesse aos demais Estados periféricos.

A presente pesquisa procurou demonstrar como se deu a formulação da política externa americana para o Extremo Oriente, após o desenrolar dos fatos ocorridos na China em 1949, e como a teoria realista de Morgenthau se aplicou perfeitamente ao caso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARPEAUX, Otto Maria. China e USA: um Complexo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano3, nº. 13, maio/1967: 27-29.
- CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a Teoria das Relações Internacionais em transição. **Cadernos do REL**, Publicação do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Caderno nº. 20, 2º Semestre de 2001: 17-19.
- DIVINE, Robert A. **American foreign policy**. New York: A Meridian Book, New American Library, 1960: 273.
- DULLES, Foster R. **American foreign policy toward communist China, 1949-1969**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1972: 39; 91.
- ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 195-196.
- FAIRBANK, John K. **China: a new history**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992: 327; 328; 340; 348; 349; 389; 390; 398; 405.
- _____ **The United States and China**. 4thed. enl._ Cambridge, Mass: Harvard University Press, c1983: 340; 351; 352; 386; 389; 390.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001: 86; 226; 227; 234.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora Forense-Universitária, EDUSP, 1975: 72.
- KUBEK, Anthony. **How the Far East was lost: american policy and the creation of communist China, 1941-1949**. Chicago: Henry Regnery Company, 1963: 389.
- LANDGON, Robert M. & NORRIS, Walter B. **American foreign policy**. 3thed. Ames, Iowa: Littlefield, Adams & CO, 1954: 101-103; 107-117.
- LIPPMANN, Walter. **A política exterior dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944: 147-150.
- McCORMICK, Thomas J. **America's half-century: United States foreign policy in the Cold War and after**. 2thed. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1995: 99-104.

- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB, 1982: 231.
- MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: McGraw-Hill, 1993: 294-296.
- PEFFER, Nathaniel. **Basis for peace in the Far East**. New York: Harper & Brothers, 1942: 30.
- POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003: 77-78.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982: 36; 52; 55; 79; 85; 86; 89; 90; 93-99; 101-105.
- REITZEL, William; KAPLAN, Morton A. and COBLENS, Constance G. **United States foreign policy, 1945-1955**. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1956: 259; 263.
- SILVA SOARES, Guido Fernando. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri, SP: Manole, 2003: 179.
- SOMBRA SARAIVA, José F. **Relações Internacionais: dois séculos de história**. Vol. II Brasília: IBRI, 2001: 34; 35.
- SPANIER, John. **American foreign policy since World War II**. 12th ed. Washington, DC: CQ Press, 1991: 77-80; 84; 85.
- SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995: 489; 490; 493; 498; 499.
- Department of State Bulletin**. *Crisis in Asia – an examination of United States policy*. January 23, 1950: 115.
- The Foreign Policy Association**. *A cartoon history of United States foreign policy, 1779-1976*. New York: William Morrow and Company, Inc. 1975: 98.
- U.N. Security Council**. *Fifth Year*. Official Records. Nº 16, 474th Meeting. June 27, 1950: 4.
- U.S. Department of State**. *United State Policy in the Korean Crisis*. Publication 3922. July 1950:11.